

A PALESTINA E O SIONISMO

II

TEXTOS ESCOLHIDOS

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

CONJUNTO UNIVERSITÁRIO CÂNDIDO MENDES

Rua Visconde de Pirajá, 351 - 5º andar - GB - Brasil

IV-DL GUERRA DE 1948 E DO SURGIMENTO DO POVO-REFUGIADO

1. A Natureza Dual Do Sionismo

Fawwaz Trabulsi(1)

A finalidade básica do sionismo, já definida em 1897 - estabele -
cimento de um Estado nacional judeu na Palestina - caracteriza-o como u -
na forma específica de dominação estrangeira: colonialismo territorial ,
voltado para a aquisição de terras. O corolário desta finalidade - esta -
belecimento de uma maioria judaica no território - implicava necessaria -
mente na redução da população nativa a uma minoria : o território coloni -
zado deveria conter a menor quantidade possível de habitantes nativos .
O sionismo desejava não apenas as riquezas da Palestina... mas também o -
país propriamente dito, para utilizá-lo na criação de um novo Estado na -
cional. A nova nação deveria ter suas próprias classes, inclusive a tra -
balhadora. Por conseguinte, os árabes não foram explorados, mas sim in -
teiramente substituídos.

A Colonização da Palestina(1917-1948)

(...) Durante a primeira guerra mundial - dada a importância es -
tratégica da Palestina - a Grã-Bretanha começou a interessar-se pela do -
minação de um território que pudesse servir como base estratégica para o
controle do Canal de Suez e como uma barreira entre a Síria, controlada -
pela França, e os domínios britânicos ao longo da rota para a Índia. A -
França também tinha seus planos e o acordo Sikes-Picot, de 1916, havia -
deixado sem solução a questão de quem exerceria a tutela sobre a Palesti -
na. Por outro lado, as exigências imediatas da guerra levaram a Grã-Bre -
tanha a assumir compromissos dúbios em relação ao futuro do país. Para -
conquistar o apoio dos árabes na guerra contra a Turquia, prometeu a Hus -
sein(de Meca) um Estado árabe independente no Oriente Médio, que incluía
a Palestina. A necessidade de contar com a mediação dos judeus americanos -
para pressionar o governo americano a entrar na guerra, foi um dos fato -
res mais importantes para a concretização da Declaração Balfour(2 de no -
vembro de 1917), que prometia aos judeus um "lar nacional" na Palestina.

Com o propósito de dividir entre si a zona, depois de finda a -
guerra, a Grã-Bretanha e a França tiveram de frear o movimento árabe de
independência na Síria, no Irak e na Palestina. Considerando que a pro -
messas feita a Hussein foi deixada de lado, a Declaração Balfour foi uti -
lizada com muito mais conveniência: os imigrantes sionistas iriam refor -
çar a dominação britânica na Palestina. Naquele momento, os colonos sio -
nistas iriam desempenhar um duplo papel em favor do neo-colonialismo bri -
tânico: 1) ajudar a transformar o território numa base estratégica ade -
quada para o neo-colonialismo britânico, e ... servir de para-raios às re

(1) In "O Problema Palestino: Sionismo e Neo-Colonialismo no Oriente Médio"
do livro "La Revolucion Palestina y el Conflucto Árabe-Israeli"

beliões árabes contra o regime de ocupação, seguindo a melhor tradição da política neo-colonial de "dividir para governar"; 2) converter-se - em sócio-menor na exploração econômica.

No entanto, para estabelecer a sua dominação sobre a Palestina, a Grã-Bretanha não podia confiar exclusivamente nos colonos sionistas; por isso solicitou e obteve a colaboração árabe.

No que diz respeito ao sionismo, o inimigo era, evidentemente, o movimento de libertação árabe. Se os direitos árabes à auto-determinação fossem reconhecidos, estaria decretado o fim da colonização judaica. A aliança com o poder mandatário, portanto, converteu-se na única - garantia para a existência do sionismo na Palestina, na esperança de lograr algum dia alcançar os seus objetivos.

Este conflito de interesses está claramente indicado na carta de Arthur Rupin, responsável pela colonização sionista, de 30 de maio de 1928: "... todos os árabes de Eretz Israel se opõem ao movimento sionista e até que sejamos capazes de apresentar uma solução satisfatória ao conflito de interesses criado, eles continuarão sendo nossos antagonistas. Se, sob estas circunstâncias, se promulgasse uma constituição, na verdadeira acepção do termo, seria lógico que os árabes fizessem uso dos direitos que a dita constituição lhes asseguraria, impedindo, como - maioria, todo progresso econômico por parte da minoria judaica. Isto - significava simplesmente o fim do movimento sionista" (The Jerusalem Post, 30/9/68. O grifo é meu).

A colonização sionista pode ser resumida da seguinte maneira: ignorância dos árabes por parte dos colonos judeus, criação e imposição de "fatos" militares e econômicos, do que resultará a aquiescência árabe como única alternativa. Os famosos kibutzim são, por conseguinte, uma combinação ideal de "fatos" militares e econômicos impostos. A criação - e imposição de tais "fatos" tem sido, desde a década de 1920, a pedra - angular da estratégia sionista e israelense. Enfrentando a dois inimigos - um que vinha explorá-lo, e o outro, colonizar e expulsá-lo - os palestinos não podiam identificar-se com nenhum deles, apenas combatê-los. Rejeitaram o Mandato Britânico tanto por ser uma brutal negação de seus direitos à independência de um Estado árabe, como por constituir um instrumento do colonialismo territorial sionista, que ameaçava expulsá-los, ou no melhor dos casos, reduzi-los a uma subjugada minoria num Estado - judeu. Desde o início, rejeitaram os "fatos" econômicos e militares sionistas, e as incursões contra as colônias judaicas converteram-se em - sua reação típica, durante a primeira década do Mandato.

Com o rápido desenvolvimento da colonização judaica, a luta dos árabes palestinos se voltou contra os ingleses: a exigência de um gover

no autônomo e de independência, tornava-se inseparáveis das exigências para que se pusesse fim à colonização sionista. A revolta de 1938 foi dirigida contra as forças de ocupação britânicas e nem um judeu sequer foi molestado. Mesmo quando, em 1936, os motins foram precedidos por ataques individuais a judeus, tratou-se, fundamentalmente, de uma greve geral e de uma guerra popular contra as tropas britânicas, o que mobilizou, algumas vezes, a metade do exército britânico. No entanto, os sionistas lutariam, ombro a ombro, com as forças de ocupação, na revolta de 1930. Durante os levantes de 1936-39, por exemplo, as forças da Haganá foram encarregadas de proteger os oleodutos britânicos.

A Economia Palestina

A política econômica sionista, subordinada ao princípio básico do sionismo, baseava-se em três princípios, que vieram a dar, finalmente, ao setor judeu os traços característicos de uma "economia fechada": 1) o "sindicato judeu", que obrigava os empregadores judeus a prescindir dos trabalhadores árabes e a empregar somente judeus (os empregadores judeus insatisfeitos recebiam compensações da Agência Judaica); 2) "compre o produto da terra", o que reduzido a sua mais simples expressão, significava "compre o que é judeu"; 3) "retorna a terra", comprando-a, principalmente, de proprietários ausentes e instalando imigrantes judeus para trabalhá-la.

Havia na Palestina, durante este período, duas economias. Uma se desenvolvia às expensas da outra, deslocando-a e limitando o seu desenvolvimento. O fundamento deste processo era o mesmo que de qualquer dominação colonial: o desenvolvimento desigual entre o ocidente industrializado e o mundo subdesenvolvido. Porém, nas ofensivas coloniais típicas ocorre a destruição consciente da economia comunal autóctone, através do recolhimento de tributos ou da violência direta, destinada a obrigar a população nativa a vender sua força de trabalho nas indústrias, minas e agricultura capitalistas. As velhas relações de produção são destruídas e outras novas emergem. Em oposição a isto, a colonização econômica sionista operava de maneira tal, que deslocava amplos setores da população trabalhadora sem a pretensão de reintegrá-los em um novo sistema econômico. Destruía as estáveis relações de produção, sem introduzir outras em troca. Ao fazer isso, a política econômica sionista seguia, precisamente, as idéias de Herzl, de "desencorajar a população expropriada".

Estava inscrito na verdadeira natureza deste processo, que a comunidade sionista, enquanto comunidade, se chocaria virtualmente com todas as classes do povo palestino.

O Sionismo trouxe da Europa capitais; os modernos conhecimentos tecnológicos e o capital-judeu

(este, muitas vezes, repaldado por fundos sionistas), que iriam, gradualmente, deslocar o elemento feudal comprando suas terras, além do que, suas leis proibiam a revenda de terras aos árabes. Possuindo vantagens tecnológicas e financeiras, a economia capitalista sionista bloquearia o surgimento de uma classe capitalista árabe. Tendo expulsado os camponeses árabes de suas terras, o sionismo também impediu-lhes de se converterem num proletariado dentro do setor judeu da economia. Estando o desenvolvimento capitalista do setor árabe retardado e obstaculizado, tornou-se difícil para os camponeses, assim como para a intelligentsia árabe, encontrar qualquer emprego, exceto na administração do Governo Britânico e nos serviços públicos.

Para ilustrar esta questão, deve-se acrescentar que o nível de educação da comunidade judaica na Palestina situava-se entre os mais altos do mundo, segundo indicam os índices da educação secundária e da superior; o nível de conhecimentos tecnológicos estava, provavelmente, à mesma altura - durante o período que vai de 1929 até 1947, apenas 13% dos imigrantes judeus eram operários não qualificados - e a principal fonte fornecedora de capitais à Palestina era constituída pelos investimentos feitos por firmas e agências judaicas e sionistas, e pelos judeus imigrantes. Graças ao desenvolvimento do setor judeu, a economia da Palestina, em 1936, já não era mais predominantemente agrícola. Porém, 60% dos trabalhadores árabes ainda se ocupavam da agricultura. O desenvolvimento industrial que explica esta mudança ocorreu, principalmente, no setor judeu, onde a participação da indústria manufatureira, na renda nacional, elevou-se de 26%, em 1936, para 41%, em 1945, enquanto que no setor árabe ela decaiu de 13,6% para 10,8%. Finalmente, até 1940, o setor judeu controlou 3/4 das indústrias estrangeiras da Palestina.

A Guerra de 1948

A realização do objetivo sionista, de estabelecer uma nação-Estado independente na Palestina, significava necessariamente, mais cedo ou mais tarde, um rompimento entre os colonos sionistas e a metrópole britânica. Esta necessidade estava inscrita na própria natureza do movimento sionista.

Às vésperas da 2ª guerra mundial, a Grã-Bretanha restringiu a imigração judaica e a venda de terras aos judeus. Esta atitude era, em parte, resultado do levante de 1936 e, em parte, uma jogada política da Inglaterra, ciosa em manter seu domínio sobre os governos árabes, em vista do perigo que representava a união destes às potências do Eixo, ou mesmo, à adoção de uma posição neutra na guerra. Esta decisão estabeleceu as bases para o conflito com os sionistas, que com o recrudesimento das perseguições nazistas na Europa, trataram de canalizar a corrente de

imigrantes para a Palestina. Aqui se faz necessário um esclarecimento : uma coisa é dizer que a instauração do nazismo na Europa, com suas trágicas consequências para o judaísmo europeu, criou a oportunidade para o estabelecimento do Estado de Israel; porém afirmar que os massacres nazistas provaram a necessidade da criação do Estado sionista, que teria salvo a maior parte dos judeus europeus, caso tivesse sido implantado antes da 2ª guerra mundial, é uma outra questão, pois :

- 1) os judeus da Palestina foram salvos simplesmente porque os nazistas não conseguiram conquistar o Oriente Médio; se eles o tivessem feito, não há nenhuma razão para crer que a sua atitude diante dos judeus fosse diferente na Palestina, da sua atitude diante dos judeus europeus.
- 2) os interesses do sionismo, nesta conjuntura, eram bastante distintos daqueles dos judeus europeus. Para os sionistas, as perseguições nazistas reforçavam ainda mais a necessidade de uma "solução territorial"; a principal ameaça que enfrentavam vinha dos judeus não-sionistas ou anti-sionistas, cuja única preocupação era salvar os judeus dos massacres nazistas.

Se o início da colonização sionista coincidiu com o primeiro movimento de independência árabe (contra a dominação muçulmana), a vitória desta colonização coincidiu com a intensificação da segunda fase do movimento nacional de libertação árabe - desta vez diretamente contra os ingleses e franceses - : a independência do Líbano em 1943; da Síria em 1946; a intensificação da luta nacional no Egito; o grande levante patriótico do povo do Iraque contra a monarquia pró-britânica em 1948. Dentro deste contexto, o surgimento do Estado de Israel somente poderia ser encarado como uma nova ocupação do território árabe por estrangeiros, num momento em que o movimento de libertação nacional árabe estava no apogeu de sua luta contra a dominação colonial direta.

Razões da Intervenção Militar dos Estados da Liga Árabe na Palestina em Maio de 1948

A classe comercial-financeira, que dominava o Líbano, e a aliança burguesa semi-feudal, que governava a Síria, se viram comprometidas, basicamente, por razões econômicas, com a causa palestina. A sua participação na guerra visava conter o poderoso potencial industrial e comercial do Estado sionista. Tanto a Síria, quanto o Líbano, haviam desenvolvido um amplo setor industrial durante a guerra, que não resistiu à forte concorrência oferecida pelos produtos ocidentais, uma vez esta terminada. A Palestina, tradicionalmente, se constituía num mercado para a produção agrícola da Síria, e Haifa, no porto de escoamento do celeiro de Hauran. Graças às baixas taxas alfandegárias, tanto os importadores libaneses de produtos manufaturados ocidentais, quanto os industriais, podiam vender

suas mercadorias no mercado palestino. Com o desenvolvimento do setor econômico judeu, a Palestina foi virtualmente perdida como mercado, num momento em que as economias síria e libanesa dela necessitavam desesperadamente. Entre 1932 e 1945, as exportações da Palestina se multiplicaram aproximadamente oito vezes (26. 251.000 PL - 211. 914. 000 PL), enquanto que suas importações se reduziram aproximadamente à sua quinta parte (15.178.000 PL - 3.285.000 PL em 1939). O enorme déficit na balança comercial palestina com a Síria(que elevava-se a 965.980 PL em 1939) foi reduzido para 96.607 PL em 1944, fenômeno que somente pode ser explicado por um incremento das exportações palestinas à Síria; um intercâmbio, principalmente, de produtos industriais por produtos agrícolas.

Além disso, em fins de 1930, o porto de Haifa havia se convertido na principal saída para as regiões interiores do Oriente Médio, e o trânsito e o comércio rapidamente se deslocaram para lá.

A intervenção militar síria e libanesa em 1948 refletiu, sobretudo, a tentativa de uma débil e subdesenvolvida burguesia industrial e intermediária em recuperar o seu mercado palestino, ou de pelo menos, frear a ameaça de uma comunidade judaica muito adiantada; ameaça que se expressa em Michel Chicha - ilicólogo da burguesia comercial e financeira libanesa, e eminência parva do governo de Khoury-Solh - nos seguintes termos: "Econômicamente, Israel não pode existir sem uma grande indústria. Sendo sua economia industrializada e estando apoiada em seus amplos recursos técnicos e financeiros, seus vizinhos serão superados e praticamente tudo será destruído. Israel, por outro lado, não pode viver sem um amplo comércio... O comércio israelense no Mediterrâneo oriental ... cedo se converterá num poderoso desafio a todas as empresas, todos os portos, ao comércio, agências e profissões que se dedicarem à prestação de qualquer serviço".

De todos os países árabes comprometidos, o rei Abdullah, da Transjordânia, era quem tinha o maior interesse no problema da Palestina. O seu principal interesse era apoderar-se do território designado pela ONU ao Estado Árabe Palestino e anexá-lo ao seu reino, realizando parcialmente seu sonho de uma Grande Síria unida sob a coroa hashemita. Para concretizar a sua aspiração, estabeleceu um acordo com os sionistas, sob os auspícios britânicos, determinando assim, o curso da guerra. O interesse da Arábia Saudita residia, fundamentalmente, na conquista do porto de Ákaba(que no final das contas, acabou sendo anexado pela Jordânia).

As razões que motivaram cada um dos Estados devem ser entendidas dentro do marco de desunião que dividia os governos do Oriente Médio em dois grupos opostos: o Hashemita, que compreendia a Transjordânia e o Iraque - com pretensões confessadas de unir a Síria, o Líbano e a Palestina

sob a sua hegemonia, e o grupo liderado pelo Egito, que abrangia as repúblicas síria e libanesa, além da Arábia Saudita (devido à tradicional inimizade entre as dinastias Saudita e Hashemita). Ambos os grupos es-tariam representados na guerra, não para ajudar-se mutuamente, mas pe-lo contrário, para se controlarem um ao outro. Em 1948, os governos á-rabes combateram na Palestina não tanto contra o inimigo sionista, mas-antes, entre si mesmos.

O papel da Grã-Bretanha no conflito pode ser definido da se-guinte maneira: ela não se colocava contra o surgimento de um Estado sionista, mas negou-se a perder o controle que exercia sobre os gover-nos árabes (especialmente para os EUA), prego a ser pago pelo apoio aos sionistas. Esta é a razão fundamental das hesitações de suas posi-ções.

(...) Por que durante o primeiro cessar-fogo (11 de junho de 1948) a Grã-Bretanha decidiu retirar seus oficiais e experts da Legião Árabe - um exército moderno, bem treinado e disciplinado, comandado por ofici-ais britânicos e financiado pelo British Exchequer, e considerado como-capaz de suportar a maior responsabilidade no esforço de guerra - e in-por um embargo sobre os carregamentos de armas e munições para os Esta-dos árabes? Esta, certamente, não parece ser a política mais apropriada para um país decidido a manter o controle "indireto" sobre a Palestina, a-través dos governos árabes, sobretudo, se considerarmos que os sionis-tas receberam armas da Checoslováquia, durante o mesmo cessar-fogo, e que, numericamente, as forças sionistas eram superiores às árabes (60.000 soldados judeus enfrentando 40.000 árabes).

Se estivéssemos de acordo com Bert Ransel, que afirmava que o principal interesse britânico era manter o Mandato, ou dividir a Pales-tina entre os seus sequeiros árabes - e desta maneira, controlar direta-mente a Palestina - como explicaríamos a sua não intervenção direta na guerra? Por que a Grã-Bretanha permitiu que os exércitos árabes fossem-derrotados? Por que, a todo custo, ela consentiu em retirar-se da Pales-tina e por fim ao seu Mandato em 14 de maio de 1948?

Ransel define a guerra de 1948 como "uma guerra de libertação empreendida pelo povo judeu na Palestina contra o neo-colonialismo bri-tânico". Se bem que o sionismo tenha desempenhado um papel na formação-do Estado de Israel, o fator decisivo foi a política neo-colonial bri-tânica, ampliando os seus objetivos no Oriente Médio. Esta política re-sultou num "rápido crescimento dos movimentos de independência árabes e judeu. Nestas circunstâncias, parece que a questão palestina poderia-ser resolvida apenas em base a uma luta comum de árabes e judeus, con-tra o neo-colonialismo britânico, e ao estabelecimento de um Estado in-

dependente bi-nacional" (Ranelson).

Esta luta, no entanto, era impraticável. Impraticável porque os interesses de judeus e árabes eram diametralmente opostos e mutuamente excludentes. A vitória dos sionistas significava a marginalização dos árabes e a sua redução a uma minoria subjugada. A "independência do povo judeu na Palestina" tem apenas um significado nesta conjuntura: a opressão sionista aos árabes palestinos e o fim de qualquer esperança por uma Palestina árabe independente.

Por outro lado, a independência vista pelos palestinos significa o fim do propósito sionista de estabelecer uma nação-Estado judaica. Pretender uma luta comum nestas circunstâncias era tão absurdo, quanto pretender uma luta comum na Rodésia entre a minoria branca e a maioria negra contra o neo-colonialismo britânico. Para os africanos, independência significa o fim do governo explorador e racista da minoria branca, enquanto que para estes, significa exatamente o oposto: a perpetuação do governo da minoria.

Além disso, o rompimento do sionismo com o neo-colonialismo britânico apenas poderia ser logrado através de uma aliança com uma nova força neo-colonialista: os Estados Unidos. Ranelson evita qualquer menção das relações sionistas-norte-americanas mantidas durante este período. No entanto, estas relações existem. Em maio de 1945, quando a Agência Judaica exigiu formalmente da Grã-Bretanha o imediato estabelecimento de um Estado judeu na Palestina, o direito de controle sobre a imigração e a entrada de um milhão de imigrantes na Palestina, o Presidente Truman apoiou estas reivindicações, exercendo uma pressão efetiva sobre a Grã-Bretanha, no sentido de que esta agisse de acordo com as pretensões sionistas. Quando um grupo sionista terrorista dinamitou o Hotel King David em Jerusalém, a Administração britânica prendeu os líderes da Agência Judaica. O governo dos EUA declarou, imediatamente, que as prisões foram feitas sem a sua consulta e ameaçou rever a sua política de assistência econômica à Grã-Bretanha(...)

2.0 Êxodo Dos Refugiados Palestinos

Henry Cattani(1)

Após irromper a violência, depois de decretada a partilha pelas Nações Unidas, os judeus recorreram ao terrorismo como arma de guerra-psicológica contra os árabes palestinos, perseguindo o duplo objetivo de vencer a sua oposição à criação de um Estado judeu e de provocar a sua eventual fuga do país. Em fins de 1947 e durante os últimos meses do mandato, os judeus voltaram contra os árabes a máquina terrorista que haviam criado e aperfeiçoado na sua campanha de violência contra o governo da Palestina.

(...) Entre as atrocidades cometidas pelas organizações judaicas na Palestina contra a inerte população civil árabe, destaca-se, pela barbaridade demonstrada, o deliberado massacre de todos os habitantes de Deir Yassin, pequena aldeia localizada nos subúrbios de Jerusalém, em 9 de abril de 1948. Um relato vivo desta horrenda matança foi proporcionado por Jacques de Reynier, delegado-em-chefe da Cruz Vermelha Internacional que, arriscando a própria vida, pôde penetrar na aldeia e presenciar o epílogo da tragédia. "Trezentas pessoas - afirma Reynier - foram mortas... sem razão militar alguma e sem terem feito provocações de qualquer espécie aos sionistas. Velhos, mulheres, crianças, recém-nascidos foram assassinados com granadas e facas pelas tropas da organização terrorista judaica Irgun, que atuavam sob o controle de seus líderes". Reynier descreve as tropas judaicas que encontrou na aldeia, como homens e mulheres armados com pistolas, submetralhadoras, granadas e facões. A Agência Judaica e a Haganá fizeram todo o possível para evitar que o delegado da Cruz Vermelha Internacional investigasse esta horrível matança.

O objetivo visado pelos sionistas nesta matança era aterrorizar a população civil árabe, o que foi alcançado com resultados desastrosos para os palestinos. Pode-se afirmar com segurança que a matança de Deir Yassin foi a principal causa do êxodo dos árabes palestinos em 1948. É Jacques de Reynier quem novamente comenta: "Esta ação teve uma imensa repercussão. Toda a imprensa, judaica e árabe, condenou severamente este ato, alertando sobre a sua possível repetição, e portanto, da necessidade da população de manter prevenção. Consequentemente, os árabes se aterrorizaram, tomados que foram de um pânico totalmente desproporcional ao verdadeiro perigo. O êxodo assim teve início e se seguiu".

(1) In "Palestina, los árabes e Israel", siglo XXI editores, México, 1971.

neralizou.

O líder do Irgun Tzvá Leumi (Organização do Exército Nacional) na época do massacre, Menahem Beguin, atual líder da coalização direita israelense, se vangloriou de que o Estado de Israel não existiria hoje, sem o que ele descreveu como a "vitória militar" de Deir Yassin.

(...) A Expulsão

Outra causa do êxodo palestino foi a expulsão dos árabes de suas cidades e aldeias. Este fenômeno ocorreu em Haifa, Lod (onde atualmente se localiza o aeroporto internacional de Israel), Ramle, Tiberíades, Safad, Beer-Sheva e várias outras cidades e aldeias. Em várias ocasiões as forças israelenses usaram megafones para ameaçar a população e ordenar-lhe a fuga.

(...) Os israelenses sempre tentaram negar a sua responsabilidade no êxodo dos palestinos, argumentando que o problema dos refugiados foi resultado da guerra entre Israel e os Estados árabes. Nada está mais longe da verdade. A tragédia dos refugiados palestinos foi, sobretudo, consequência do terrorismo judeu e do massacre de Deir Yassin. Este massacre foi perpetrado várias semanas antes que a guerra entre os países tivesse sido iniciada. Em verdade, o êxodo já havia alcançado proporções consideráveis antes de estourar a guerra. Calcula-se que antes de 15 de maio de 1948 (data da cessação das hostilidades) o número de refugiados palestinos já se elevava a 300 000.

(...) Durante mais de um quarto de século - no decorrer do mandato - os sionistas se esforçaram e utilizaram toda a sorte de meios para comprar as terras da Palestina. Porém, não obstante esses esforços, o total de terras adquiridas não ultrapassava 6% de toda a área do país. A sua intenção original de expropriar os habitantes não-judeus, através de vários mecanismos de compra, havia fracassado. O caráter árabe da Palestina, de suas terras e de seu povo obstruía o caminho às aspirações sionistas de criar um Estado exclusivamente judeu.

Portanto, era necessário recorrer a outros meios, sobretudo - porque - de acordo com o plano de partilha proposto pela ONU em 1947 - o Estado comportar a uma maioria árabe, na proporção de 509.780 árabes e cristãos, para 499.020 judeus. Obviamente, seria uma contradição considerar como judeu um Estado, onde os árabes constituíam a maioria da população e eram proprietários da maior parte das terras. No entanto, os judeus sionistas se encarregaram de remover este obstáculo. A população árabe - do território conquistado por Israel em 1948 - em consequência, foi reduzida a menos da décima parte de seu

número original. O Conde Bernadotte assim escrevia em 1948:

Como resultado do conflito na Palestina, a quase totalidade da população árabe fugiu ou foi expulsa da área ocupada pelos judeus. Esta incluía as grandes concentrações populacionais árabes de Jaffa, Haifa, Acre, Ramle e Lod. De um total de 400 000 árabes que viviam nestes centros urbanos antes do início das hostilidades, o número aproximado de árabes que restou no território controlado pelos judeus é de 50 000.

A Recusa De Israel Em Repatriar Os Refugiados

A recusa dos israelenses em permitir o regresso dos refugiados palestinos a suas terras somente pelo ser explicada por motivos racistas. A razão do conflito árabe-israelense e, em particular, do problema dos refugiados, reside no conceito sionista de um Estado judeu, onde não há lugar para os gentios, muito menos se estes são os proprietários da terra.

O racismo explica também a legislação israelense referente à "imigração dos exilados judeus". Segundo a Lei do Retorno promulgada por Israel em 1950, todo judeu, em qualquer parte do mundo, tem o direito de emigrar para Israel e de aí estabelecer-se. Ao ingressar no país, adquire automaticamente a cidadania israelense. A lei da nacionalidade de 1952 confirmou o privilégio especial conferido a qualquer judeu, independente da sua nacionalidade ou país de origem, de adquirir a cidadania israelense automática e incondicionalmente. Isto contrasta com a atitude tomada por Israel diante dos árabes e outros não-judeus que permaneceram nos territórios ocupados por Israel em 1948. De acordo com a lei da nacionalidade de 1952, os residentes não-judeus só podem adquirir a cidadania israelense se comprovarem que eram cidadãos palestinos de origem ou naturalizados, quando da ocupação israelense. Esta lei foi, inclusive, aplicada aos nativos do país que aí haviam passado toda a sua vida, cujos antepassados, há séculos, tinham-se radicado na região. Em consequência destas leis, os árabes

que permaneceram na Palestina ocupada pelos israelenses, literalmente se converteram em estrangeiros em seu próprio país. As condições requeridas a um árabe para provar os seus direitos de cidadania eram, de fato, muito difíceis de serem cumpridas. A maior parte dos residentes árabes não tinha provas de sua cidadania palestina. Grande parte dos árabes que possuíam carteira de identidade a haviam perdido ou entregado ao exército israelense durante ou imediatamente após a guerra. Esta discriminação entre judeus e não-judeus para a aquisição de cidadania violava a resolução 181 (II) da Assembleia Geral de 29 de novembro de 1947, a mesma que votou pela partilha da Palestina num Estado judeu e noutro árabe.

Assim, enquanto aos refugiados palestinos é negado o direito de regresso às suas terras e aos árabes que permaneceram o direito de cidadania, Israel trata a todos os judeus do mundo como seus cidadãos-em potencial. As portas do país foram abertas a todos os judeus que de sejam imigrar para a Palestina, assim como, aos imigrantes judeus é financiado o transporte para Israel e se lhes concede as terras anteriormente ocupadas pelos palestinos. A política de Israel criou um abismo entre árabes e judeus, e a sua recusa em permitir o regresso dos árabes às suas terras, impede a solução deste problema e o restabelecimento da paz no Oriente Médio.

O Destino Da Propriedade Dos Refugiados Árabes

Israel se apoderou de toda a propriedade móvel e imóvel de um milhão de refugiados árabes, em 1948. Este saque constitui um dos maiores realizados na história da Palestina. Com o intuito de disfarçar esta prática, os israelenses denominaram-na de "absorção da propriedade árabe abandonada". Terminologia tão enganosa não pode alterar a natureza do fenómeno, porque a chamada "absorção" não significa outra coisa senão o confisco da propriedade alheia. Arnold Toynbee denominou acertadamente a apropriação dos bens dos refugiados árabes pelos israelenses de roubo.

Os bens dos refugiados palestinos confiscados por Israel incluem os seguintes itens principais:

- a) um grande número de aldeias, cidades e vilas, juntamente com todo o seu património. As cidades e aldeias árabes de Jaffa, Acre, Nazaret, Lod, Ramle, Be'er-Sheva, Beisán, Majdal, Isdud, Beit Jibrin e Shafr Am, o setor árabe da cidade nova de Jerusalém, de Haifa, Tiberíades, Safed e mais de 800 vilas foram ocupados e anexados por Israel.
- b) as terras localizadas fora das áreas urbanas. De acordo com as cifras já mencionadas, os árabes possuíam a maior parte das terras da Palestina. Estas abrangiam terras cultiváveis, que se estendiam por uma área de 6.705.568 dunams; plantações de cítricos numa área de 135.368(1) dunams; oliveiras, bananeiras e outras plantações, que ocupavam uma área de 1.054.065 dunams, e grandes extensões de terras para pastoreio.
- c) a propriedade comercial e industrial. Esta incluía os direitos, capitais, bens e equipamentos de dezenas de milhares de indivíduos, companhias, sociedades, estabelecimentos industriais e comerciais, fábricas, moinhos de farinha e oficinas; 7800 lojas, oficinas, manufaturas e armazéns foram confiscados pelos judeus.
- d) móveis, bens e objetos pessoais. Este item abrange a propriedade móvel e os bens pessoais de um milhão de pessoas. Em muitos casos, o botim incluía dinheiro, prata, tapetes e obras de arte.

(1) um dunam equivale a 1/10 ha.

O Saque De Móveis, Bens E Objetos Pessoais

Em seu comunicado feito às Nações Unidas, o Conde Bernadotte - assinala que a maior parte dos refugiados abandonou o país, deixando para trás, praticamente, todos os seus haveres. E mais adiante acrescenta: "enquanto que os que haviam fugido nos primeiros dias de guerra conseguiram levar consigo alguns de seus bens, muitos dos que deixaram o país - mais tarde foram privados de tudo, com exceção das roupas que trajavam; além de terem perdido suas casas (muitas das quais foram destruídas), perderam também seus móveis e propriedades, e inclusive suas ferramentas de trabalho".

Escrevendo posteriormente, Ralph Bunche, mediador interino na Palestina, declarou no seu comunicado que "o grosso dos refugiados abandonou suas casas fugindo a pé, levando consigo pouco ou nada". Analogamente, o diretor de operações do Projeto de Assistência aos Refugiados das Nações Unidas afirma: "Enquanto que alguns puderam carregar seus pertences e um pouco de dinheiro, a fuga em geral foi desordenada e quase nunca os refugiados levaram consigo seus bens. Referindo-se ao êxodo, George Kirk declara: "Foi em Jaffa, aparentemente, onde as tropas judaicas, principalmente, cederam à tentação de dedicar-se ao saque em grande escala... e no espaço de poucos dias as tropas judaicas já saqueavam os recém-conquistados subúrbios árabes de Jerusalém. O próprio Ben Gurion reconheceria, posteriormente, que a participação de respeitáveis judeus, de todas as classes, no saque aos bens árabes constituiu-se num "vergozoso e penoso espetáculo".

O Confisco Dos Bens Imóveis

Os bens imóveis dos refugiados palestinos também foram confiscados por Israel. Esta operação se efetuou em duas etapas: Na primeira delas, entre 1948 e 1950, Israel se apoderou fisicamente de todas as terras e prédios que pertenciam aos refugiados palestinos e promulgou leis destinadas à incorporação formal dessas propriedades.

A primeira lei decretada a este respeito foi a referente aos territórios abandonados (1948). De acordo com esta lei, o governo podia declarar como "abandonado" qualquer lugar sob ocupação e, em tal caso, promulgar leis referentes a expropriação e confisco da propriedade. Não há dúvidas de que a propriedade abandonada por seus donos - através da coerção, terrorismo ou expulsão - não pode propriamente ser descrita como propriedade abandonada. Os refugiados nunca pretenderam abandonar seus lares e suas terras. Tal afirmação é inteiramente tendenciosa.

As leis relativas aos territórios abandonados, seguiram-se as leis sobre o cultivo de lotes baldios (1948). Lote baldio foi definido -

como terra não cultivada ou, na opinião do Ministro da Agricultura de Israel, como "terra não eficazmente cultivada". Tais terras podiam ser confiscadas pelo Ministério da Agricultura. É óbvio que se impedindo o regresso dos palestinos às suas terras e, conseqüentemente, impedindo o cultivo destas, a lei encontrava razão de ser para a sua aplicação.

Mais tarde vieram as leis relativas às propriedades dos donos ausentes (1948), que estendiam o alcance do sequestro de bens árabes à toda e qualquer propriedade dos refugiados árabes.

As propriedades dos donos ausentes foram definidas como aquelas pertencentes a um "proprietário ausente". O termo proprietário ausente se referia a qualquer pessoa que, no dia 29 de novembro de 1947, fôsse cidadã ou residente de um Estado árabe, ou ainda, cidadã palestina que tivesse abandonado o seu lugar de residência (ainda que tivesse se refugiado em outra parte da Palestina). Em verdade, isto significava que toda a propriedade pertencente aos árabes - o que incluía terras, prédios e bens inóveis - que não tivessem permanecido em seu lugar habitual de residência, nos territórios ocupados por Israel, seria entregue aos cuidados da administração israelense.

Entre as medidas confiscatórias que se tornaram leis, podemos mencionar aquelas que estendiam o estatuto de "proprietários ausentes", aos árabes que mudaram de residência antes de 1º de agosto de 1948 (em território israelense); os regulamentos de 1949, que facultavam o Ministro da Defesa a declarar certas áreas como "zonas de segurança" e a expulsar todos os seus habitantes árabes; a lei sobre terras não cultivadas (1949); a lei da expropriação (1950); a lei da aquisição de terras (1953) e a lei da limitação (1958).

Apesar dos consideráveis meios financeiros com que contavam e de todo o tipo de pressões e aliciamentos exercidos, foram necessários aos judeus cerca de 70 anos - desde 1880, quando os esforços de colonização sionista se iniciaram, até 1948 - para adquirir 1.691.699 dunams, o que representava, aproximadamente, 6% das terras da Palestina. Menos de dois anos foram necessários - desde a fundação do Estado de Israel, até 1950 - para que se usurpasse e confiscasse a quase totalidade das terras palestinas, o que constitui uma clara violação dos direitos dos palestinos, dos princípios do direito internacional e das Nações Unidas.

Don Peretz nos proporciona o seguinte relato(1)

As propriedades abandonadas pelos refugiados árabes contri-
buíram, decisivamente, para fazer de Israel um Estado auto-suficiente.

(1) In "Israel and the Palestine Arabs", The Hill-Foot Institute,

A amplitude de sua superfície e o fato de que a maioria das regiões ao longo da fronteira consistiam de propriedades abandonadas, tornaram-no militarmente seguro. Das 370 novas colônias israelenses fundadas entre 1948 e princípios de 1953, 350 foram implantadas em terras de "proprietários árabes ausentes". Em 1954, mais da terça parte da população judaica de Israel vivia em propriedades de "donos ausentes" e pouco menos da terça parte dos novos imigrantes (250.000 pessoas) se estabeleceu nas áreas urbanas abandonadas pelos árabes. Cidades inteiras foram abandonadas, tais como Jaffa, Acre, Lydda, etc, assim como, 388 vilas e aldeias, e grande parte de outras 94 cidades e vilas. De acordo com uma fonte israelense, o número total de aldeias árabes, no território que atualmente pertence a Israel, era de 863 em 1945. Dez mil lojas e armazéns foram abandonados nas mãos dos judeus. No final do Mandato, as terras destinadas ao cultivo de cítricos, na superfície de Israel, ocupavam 240.000 dunams, sendo que a metade pertencia a agricultores árabes. A maior parte das hortas árabes foi apropriada pela "Administração das Propriedades Abandonadas".

Em 1949, a produção de azeitona, nas hortas abandonadas pelos árabes, constituiu-se na terceira maior exportação de Israel, seguindo-se aos cítricos e diamantes. A importância econômica relativa da propriedade árabe foi maior no período compreendido entre 1948 e 1953, quando a imigração se intensificou e, conseqüentemente, as necessidades do Estado judeu.

A Comissão de Conciliação para a Palestina calculou que o total de terras cultiváveis pertencentes aos refugiados árabes que foi apropriado por Israel, representava mais de duas vezes a superfície total das terras pertencentes aos judeus.

Com justa razão pode-se dizer que, em larga medida, Israel viveu e prosperou graças ao saque da propriedade dos refugiados palestinos.

3.A Contribuição Árabe da Palestina à Economia Israelense

Georges G. Corns (1)

É bastante raro encontrar em todo o material de propaganda sionista uma só referência à considerável vantagem de que se beneficiou a economia israelense com a partida da população árabe, fato que permitiu aos sionistas apropriar-se de aproximadamente 2/3 do patrimônio agrícola, comercial e industrial desta última, que, como acabamos de ver, era responsável por cerca de 44% da Renda Nacional palestina. Quando se sabe por outro lado que, a despeito das numerosas injunções da ONU, os sionistas não desembolsaram um único centavo de compensação aos refugiados palestinos e puderam apossar-se deste patrimônio sem qualquer ônus ou contrapartida, damos-nos conta então da importância fundamental dessa espoliação no desenvolvimento da economia israelense. Com efeito, não se encontra praticamente qualquer referência nos estudos sionistas à contribuição constituída pelo confisco judaico do setor árabe da economia. Os estudos mais escrupulosos e críticos da economia israelense, entretanto, mencionam o fato mas subestimando-lhe ao máximo a importância, pondo em relevo a pobreza do setor econômico árabe e o subdesenvolvimento de sua população. Alguns estudos arbitraram a cifra, ridicularmente pequena, de 100 milhões de libras para o valor dos bens árabes tomados por Israel. É esquecer que este patrimônio árabe constituía a fonte de 44% da Renda Nacional palestina, também nesse domínio, "a negra nuvem da loucura", denunciada por um jornalista inglês muito antes da criação do Estado de Israel manifestou sua presença. É triste constatar que esse fenômeno ocorreu, e continua a ocorrer, até mesmo em obras de nível científico. Na verdade, nenhum estudo de caráter sério e profundo sobre a economia israelense pode ser realizado sem levar em consideração :

- o desenvolvimento da Palestina anterior à criação do Estado de Israel.
- as facilidades financeiras concedidas aos imigrantes judeus em virtude do poderio das finanças sionistas.
- a contribuição representada pelo confisco, em benefício dos judeus e sem contrapartida ou ônus algum, de 44% da Renda Nacional, que representam a parcela do setor árabe, e de todo o patrimônio árabe gerador desta renda.

Pode-se avaliar a importância desta contribuição no desenvolvimento israelense? Necessário será aqui recorrermos às fontes árabes. Evitamos fazê-lo até agora, procurando, ao contrário, fundamentar-nos através de fontes sionistas ou européias, para mostrar que uma leitura atenta e crítica destas fontes permite, por si só, descobrir um considerável núme

ro de realidades fundamentais, escondidas sob uma enxurrada de propaganda mal intencionada. O estudo das perdas sofridas em bens e rendas pelos refugiados árabes foi criteriosamente realizado pelo Professor Youssef Sayegh, o grande economista palestino, em seu livro sobre a economia israelense. De 1948 a 1962, o professor Sayegh estimou em mais de 2 bilhões de libras palestinas as perdas sofridas pelos refugiados palestinos, decompostas como se segue:

Bens e haveres dos refugiados em maio de 1948.....	- 757 milhões
Valorização desses bens e haveres em função do aumento de preços (2% ao ano) e pelo crescimento da capitalização líquida (16% ao ano da renda)....	- 412 milhões
Renda nacional dos refugiados, caso.. eles não tivessem sido expulsos, à.. razão de um crescimento anual de 4%..	- 921 milhões
Total da perda.....	- 2.090 milhões

A isto é preciso acrescentar a parte dos refugiados nos bens de domínio público, portos, estradas, aeroportos, edifícios públicos, escolas, canais de irrigação, redes telefônicas, recursos naturais etc..

Todas essas perdas e rendimentos cessantes constituíram, em contrapartida, ingressos líquidos para a economia israelense: o valor dos bens e haveres dos refugiados representou uma entrada de capital livre a título gratuito, que podia ser acrescentado, sem hesitação, aos diferentes auxílios aos colonos judeus imigrados para a Palestina. A renda desses bens e haveres veio, a cada ano, desde 1948, trazer uma ajuda suplementar à economia israelense, num montante nada desprezível. O fato de jamais levar em conta este fenômeno fundamental, como fizeram até agora os autores sionistas, reduz enormemente o alcance de todos os estudos realizados por eles sobre a economia israelense. Esses estudos, como já tivemos ocasião de ver, têm uma tendência bastante clara para negligenciar os aspectos financeiros da experiência sionista no que diz respeito à contribuição das finanças das comunidades judaicas da diáspora. Essa nova negligência revela ainda mais claramente essa tendência.

(1) - in "Anatomia do Milagre Econômico", Editora Paralelo, Rio de Janeiro, 1969.

Planificação Econômica e Financeira da Expulsão de um Povo
e da Implantação de um Outro em Seu Lugar

Georges Corm(1)

Quando se evoca diante de israelenses ou sionistas, o desenvolvimento econômico da Palestina antes da criação de Israel, eles já mais deixam de atribuir todo o mérito desse desenvolvimento, mais uma vez, unicamente ao "trabalho apaixonado" dos colonos judeus imigrados. Encontramo-nos em face de uma nova imagem de propaganda cuja distorção, ainda uma vez, consiste em ignorar completamente o papel das finanças sionistas no desenvolvimento e consolidação do povoamento judeu - na Palestina em detrimento dos árabes. Outros sionistas chegaram mesmo a afirmar que essas finanças se haviam esgotado com as compras de terras pelas organizações judaicas, para instalar colonos, junto aos cúpidos senhores feudais árabes, que só concordavam em vender seus latifúndios por preços exorbitantes. Esquecem-se que a estrutura de propriedade na Palestina não era bem feudal, mas ao contrário, uma estrutura de pequenas propriedades. Possivelmente, foi Pierre Rolle, pesquisador do Centre National de Recherches Scientifiques Français (CNRS), quem melhor exprimiu a grave ameaça representada pelo dinheiro sionista para a Palestina desde o início da colonização, no século passado. Escreveu ele: " Que as terras que compõem Israel tenham sido reunidas mais por compra que por conquista, isso não significa a ausência de violência, mas outra de suas formas. O salário-ganho em uma semana na Europa ou na América corresponde à renda anual de um egípcio: eis a correspondência original e a desigualdade que a transação evidencia, principalmente por ser monetária ". Logo, não é suficiente considerar apenas o valor absoluto dos montantes de que os sionistas dispuseram para levar os camponeses mais pobres a vender suas terras: é preciso ainda compreender, como regra geral, o poder de compra que representavam as transferências de dinheiro sionista numa terra ainda muito inexplorada, onde o nível dos preços, comparado ao dos países de onde provinham as transferências, era particularmente baixo. Além disso, os canais através dos quais o dinheiro sionista veio irrigar a Palestina antes da criação do Estado de Israel eram tais que os árabes não puderam, em momento algum, usufruir diretamente deles. Todos os estabelecimentos judeus na Palestina, mantidos graças à vasta organização financeira internacional sionista, foram sempre exclusivamente reservados aos judeus, quer se tratasse de escolas, hospitais e dispensários ou de bancos ou insti-

(1) In "Anatomia do Milagre Econômico, Editora Paralelo, Rio, 1969.

tuições de crédito cooperativo. Durante seus anos de juventude na Palestina, Ben Gurion, que nessa época se chamava David Grin, passará - boa parte do seu tempo lutando contra os proprietários agrícolas e industriais judeus que empregavam mão de obra árabe. A implantação das estruturas judaicas na Palestina começou, na verdade, desde 1868, com a criação da Escola Agrícola de Mikveh Israel, perto de Jaffa. Em 1891 foi fundada a Jewish Colonization Association; em 1901 o Banco Colonial Judaico e o Fundo Nacional Judaico a Agência Judaica em 1921, a Universidade Hebraica em 1925, etc... Numerosos exemplos do poder das finanças sionistas e da injustiça de que elas tenham vindo penetrar na Palestina em prejuízo dos verdadeiros habitantes do país podem ser citados. De fato, o investimento judeu logrou colocar a população árabe-palestina em um tal estado de inferioridade com relação aos imigrantes judeus - isto graças à cumplicidade das autoridades mandatárias e da Liga das Nações, que havia ratificado a outorga do mandato - que a partida das tropas inglesas em 1948 equivaliu a deixar essa população árabe indefesa ante uma população judaica solidamente organizada e armada, dispondo já de um domínio de fato sobre grande parte do território palestino, graças à situação estratégica de todos os kibutzim, verdadeiros arsenais militares. No campo da saúde pública, por exemplo, o quadro a seguir mostra a gritante injustiça e a desproporção flagrante dos meios financeiros postos à disposição dos árabes e judeus:

QUADRO I

	Dispendios governamentais (em libras palestinas)	Dispendios das instituições judaicas (em libras palest.)	Dispendios governamentais - per capita (US\$)	Dispendios das Inst. judaicas p/ judeu (US\$)
1936	242. 831	377 828	0,86	4,74,70
1937	215. 223	459 658	0,93	5,44
1938	245 646	468 849	0,79	5,35
1939	243 016	525 150	0,88	5,61

Na realidade para conhecer a injustiça em toda a sua dimensão é preciso não esquecer que os dispendios governamentais, por sua vez eram repartidos entre judeus e árabes e que, para obter o número de dólares gastos com os árabes, seria necessário subtrair dos dispendios governamentais os dólares gastos com a população judaica, acrescentando-os aos dispendios com essa mesma população pelas organizações sionistas. Também quanto às admissões nos hospitais, as estatísticas de 1944 fornecer-nos as seguintes cifras:

QUADRO II

	Judeus	Não judeus	Total
Hospitais de governo	11 816	16 948	28 764
Hospitais judaicos	16 160	645	16 805
Hospitais cristãos e privados	7 725	13 888	21 613
Total	35 701	31 481	67 182

Quando se leva em conta o fato de que a população judaica da Palestina, em 1944, representava apenas 30% da população total do país, todas essas cifras assumem sua real significação. Demonstram, por exemplo, que 30% da população da Palestina açambarcava mais de 50% das admissões em hospitais e que, enquanto os estabelecimentos não-judeus acolhiam grande número de judeus, os estabelecimentos judaicos acolhiam apenas uma quantidade irrisória de não-judeus.

No que diz respeito à educação, a desigualdade dos números é ainda mais flagrante, com o governo mandatário financiando cerca de 80% da grande rede de escolas e institutos técnicos e agrícolas judaicos, criados pelas grandes organizações sionistas; o setor das escolas governamentais, por outro lado, era deixado num abandono quase completo. "O nível dos serviços sociais proporcionados pelo governo da Palestina à população árabe, afirma um dos mais importantes estudos sionistas surgido na Palestina em 1946, tem sido muito baixo. No que se refere à educação, em particular, os progressos foram desesperadamente lentos... O papel do governo na instauração de um processo de desenvolvimento econômico e em sua sustentação foi lamentavelmente pequeno, não apenas com relação aos padrões ocidentais, mas também segundo as normas do Egito ou da Turquia" (1). De acordo com as estatísticas apresentadas nesse estudo, os judeus, com uma população de 474.102 habitantes em 1941, tinham 62 000 crianças escolarizadas somente em escolas judaicas, dispondo de 2.827 professores; os árabes, com uma população de 1.111.398 habitantes, ou seja, mais que o dobro, tinham apenas 56.000 crianças escolarizadas e dispunham de somente 1.456 professores! O Survey of Palestine de 1946 estima que, entre os árabes, cerca de 32% da população escolarizável estava efetivamente na escola, enquanto essa proporção atingia 100% entre os judeus.

Na verdade, essa inexistência de participação governamental no plano econômico e social se explica inteiramente submisso à in-

(1) Fornecido por R. Nathan, O. Gass, D. Creamer in Palestine: Political and economic study, American Council for Public Affairs, Washington, 1946.

fluência sionista, o governo mandatário não desejava empreender qualquer ação que fôsse suscetível de, elevando o nível de vida da população árabe, ameaçar a supremacia, cada vez maior, desenvolvida pela minoria judaica, aumentada pelos contingentes de novos imigrados e fortalecida pelo apoio financeiro e técnico da Agência Judaica e de suas numerosas ramificações. Essa enorme superioridade das instituições judaicas, cujos reveladores efeitos no domínio da educação e da saúde pública acabamos de ver, manifesta-se também no setor bancário. Em 1944, o Anglo-Palestine Bank, banco oficial do movimento sionista, detém 45% de todos os depósitos; ele, o Barclay's Bank e o Banque Ottomane detêm 4/5 dos depósitos do país. Os bancos árabes, que são apenas dois, para um total de vinte e sete, não têm mais que 8% dos depósitos (4 milhões de libras, para um total de 53 milhões). A economia judaica dispõe de uma rede de 84 cooperativas de crédito oficialmente, mais de uma centena não registradas e 10 bancos hipotecários; a economia árabe não dispõe nem de uns nem de outros (Survey of Palestine).

Assim, o imigrante judeu que chega à Palestina dispõe de um pequeno capital pessoal, ou provido de capital pelas organizações sionistas, encontra todas as facilidades suplementares de crédito de que necessita. Este mesmo imigrante chega, geralmente, com uma qualificação profissional adquirida na Europa; além disso, dispõe, para ele e seus filhos, de todas as facilidades em matéria de higiene, saúde e educação, praticamente gratuitas. Com relação a eles, os palestinos, excetuada uma pequena elite urbana em Haifa e Jerusalém, constituem uma grande massa de pobres agricultores analfabetos. A proibição de empregar árabes, imposta aos judeus muitas vezes pela força, como resultado das pressões dos dirigentes sionistas; as mil e uma precauções tomadas por estes últimos para desenvolver a economia da comunidade judaica isenta de qualquer contato com a economia árabe - salvo, certamente para a compra de terras - ; o acesso às instituições judaicas estritamente reservado aos judeus e a preguiça cúmplice do governo mandatário em remediar essa dramática situação: tudo isso fez com que a relativa prosperidade da Palestina, no intervalo das duas guerras, quase não abrangesse a população árabe. Pelo contrário, a situação que foi imposta leva esta população a acessos de revolta como os de 1920, 1929, 1930 e 1938, que a propaganda sionista descreve como cruéis pogroms provocados pelo fanatismo árabe.

4. Porque Não Ao Diálogo

Ali Elsanann

Segundo os sionistas, foram os árabes que, em 1948, abandonaram as suas terras; foram os Estados árabes que tomaram a iniciativa de declarar guerra a Israel e de enviar tropas à Palestina. No entanto, a realidade é outra:

- os árabes não abandonaram a Palestina em 1948; foi a ação terrorista dos grupos sionistas que provocou o pânico e o êxodo.
- os apelos, os conselhos e mesmo as ordens dadas pelas lideranças árabes exortavam os palestinos a permanecerem em suas terras e a não cederem diante da campanha de medo e terror.

O Dr. Walid Khalidi, professor de origem palestina, realizou exaustivas pesquisas que abrangem o período compreendido entre novembro de 1942 e maio de 1948. Suas fontes de consulta foram os artigos publicados pela imprensa árabe de Beirute, do Cairo e da Palestina, assim como as resoluções tomadas pela Liga dos Estados Árabes e pelo Comitê Superior Árabe para a Palestina.

Quando se estuda as diversas fontes de informação da época, surpreende-se ao constatar que não existe prova alguma, seja na imprensa, seja nos trabalhos elaborados pela Liga dos Estados Árabes ou pelo Alto Comitê para a Palestina, de que os líderes árabes ordenaram às populações palestinas que abandonassem, em 1948, o seu território.

No que diz respeito à imprensa podemos citar os três jornais mais importantes de então: o Al Ahran do Cairo, o Al Hayat de Beirute e o Al Difa, o mais lido dos jornais palestinos. Não são proclamações incitando ao êxodo que aí aparecem, mas pelo contrário, apelos imperiosos conchamando a população a permanecer em seu sítio, apesar dos ataques realizados pelos grupos sionistas.

O Al Hayat, de 30 de abril de 1948, publicou um comunicado do "Comitê Central de Refugiados Palestinos" de Beirute, que decidira enviar de volta à Palestina todos os refugiados capazes de pegar em armas e "i pedir a entrada no Líbano de todos os palestinos que tivessem abandonado o seu país".

O Al Hayat, de 6 de maio, publicou a decisão tomada pelo Comitê Sírio para a Libertação da Palestina de "recusar a entrada na Síria dos palestinos de idade compreendida entre 18 e 50 anos".

A 7 de maio, o mesmo jornal publicava uma declaração do representante do Alto Comitê Árabe do Cairo (AHC), qualificando os refugia-

(1) In "El Conflicto Árabe-Israeli", KL Ediciones, Buenos Aires, 1967

dos chegados a Port Said de "espiões" e "pro-sionistas".

O jornal palestino "Al Difa", por sua vez, conclama, a 22 de abril, os árabes palestinos a "não se impacientar e se apegar à terra", acrescentando que o "dever de defender o país cabe antes de tudo ao povo palestino".

O AHC, porém, que se apresenta como a organização dirigente da Palestina árabe, quer afirmar ainda mais solenemente a sua hostilidade diante da partida dos palestinos; é justamente por isso que, a 8 de março de 1948, dirige um memorando a todos os governos árabes solicitando-lhes "recusar a entrada dos palestinos, exceto por razões de doença ou em caso de missão". A fotocópia deste memorando foi publicada pelo jornal Al Syaysah, do dia 15 de maio de 1959.

A publicação, no mesmo jornal, da fotocópia da ordem dada a 11 de abril de 1948, pelo comandante árabe da região de Jerusalém ao chefe da aldeia de Suba, revela uma prova irrefutável: através desta ordem, os palestinos são intimados a permanecer em suas aldeias. Esta atitude é altamente significativa, se lembrarmos que a ordem do comandante de Jerusalém foi emitida apenas dois dias depois do espantoso massacre de Deir Yassin, aldeia situada a 3 km de Suba.

No que diz respeito às transmissões radiofônicas árabes, verifica-se que a atitude tomada foi idêntica. Os ingleses, que em geral, são muito cuidadosos na organização de arquivos, registraram, graças à estação de Caversham da BBC, a maior parte das transmissões das rádios árabes. Estas gravações podem ser encontradas atualmente no Museu Britânico. Vários exemplos testemunham o desejo dos árabes de permanecer na Palestina e lá se organizar:

- a estação Sharq al Adna, sediada na Palestina, transmite, a 6 de janeiro de 1948, a determinação do AHC de instalar uma administração e um conselho executivo nacionais na Palestina, a partir do mês de fevereiro.
- a 15 de janeiro, a Rádio Jerusalém faz menção das eleições gerais que deveriam se processar sem vacilações, para constituir uma Assembléia Nacional.
- a Rádio Damasco difunde, a 7 de março, uma ordem dada pelo AHC, que pede ao pessoal da administração e aos funcionários da Palestina permanecerem em seus postos.
- a mesma estação, no dia 4 de abril, incita os funcionários árabes da Palestina a "tomar medidas para a organização do abastecimento do país e proteção dos arquivos governamentais".
- a 13 de maio, a estação Sharq al Adna transmite um apêlo feito pelo Cel. Idrisi, chefe da polícia nomeado pelo AHC, pedindo aos homens en-

tre 18 e 50 anos para permanecerem no país. Esta mesma estação divulga, no dia 4 de maio, um comunicado feito pelo rei Abdullah da Transjordânia, solicitando aos palestinos que abandonaram o país a retornar imediatamente, e felicita os que permaneceram por "sua coragem e heroísmo".

- no dia 5 de maio, a Rádio El Cairo anuncia que os refugiados palestinos de 18 a 50 anos não têm direito de asilo no território egípcio.

- a Rádio Beirute, no mesmo dia, comunica aos palestinos a decisão das autoridades sírias de considerar, deste dia em diante, os palestinos em idade de pegar em armas como residentes ilegais na Síria.

- as próprias forças armadas regulares, que se encontravam na Palestina até o dia 15 de maio, transmitem no dia 5 de maio a seguinte advertência: "cada palestino que abandona as suas terras terá sua casa destruída e suas colheitas incendiadas".

A atitude de toda a imprensa árabe, de suas estações de rádio, de seus governos, assim como dos organismos palestinos dirigentes, demonstra que os árabes, longe de incentivarem os palestinos a abandonar suas terras, fizeram tudo para retê-los, chegando mesmo a ameaçar àqueles que decidissem pelo caminho do êxodo.

Deve-se fazer uma ressalva, ao jornal Sada Al Janub, cuja circulação se limitava aos habitantes da pequena aldea libanesa de Marjeyoun, que realmente concitou os seus leitores à emigração. Este jornal é o único citado pelos sionistas, quando se referem às condições em que se deu o abandono da Palestina pelos árabes.

Ora, uma vez que os árabes não incitaram os seus correligionários palestinos a abandonar o seu país, resta apenas uma hipótese para explicar o êxodo: a campanha de terror deflagrada pelos organismos sionistas.

V - DOS "DIREITOS HISTÓRICOS" DO SIONISMO À PALESTINA

1. Europeus Judaizados

Paulo de Castro (1)

(...) Evidentemente, os judeus não podem de forma alguma reivindicar a Palestina, que pertenceu a inúmeros povos entre muitos outros aos hebreus, sendo ainda necessário demonstrar que os europeus judaizados, criadores de Israel, podem considerar-se descendentes dos antigos hebreus.

A pureza racial dos judeus não chegou a esse grau de perfeição, que desejaria o Gal. Dayan. Embora tenha merecido elogios do racista Stewart Chamberlain, os antigos hebreus enfrentam as iras de Iahvé e ligam-se com outros povos entre eles os cananeus que se tinham refugiado longe dos centros onde se deram as grandes matanças. Também os hebreus se casam com filhas dos colonos babilônios que povoam a Samária.

Os hebreus e hebraizados pela religião ou pelo leite, também pelo terror ocuparam a Palestina durante 600 anos nunca sobre a totalidade do território, e jamais na parte que foi dada pelo imperialismo, na bandeja da ONU, em 1947. (Da conquista de Josué à revolta de Bar Cochba, há 13 séculos, mas apenas por períodos limitados, seguidos de imensos hiatus, foi mantida a soberania.)

Terra de invasões no todo ou na parte, dos egípcios, assírios, babilônios, romanos, árabes, ingleses, os judeus não têm qualquer direito especial.

Muito antes da conquista romana, ponto de referência sempre invocado para a Dispersão- grande parte dos israelitas já tinham deixado a Palestina, tendo se fixado em diferentes pontos do Mediterrâneo e depois na Europa.

Ora a questão fundamental é esta: os árabes da Palestina, quer se trate de muçulmanos ou de cristãos- de forma al uma são apenas os descendentes da torrente humana que levantou todos os povos sob a bandeira do islamismo, libertando-os dos seus vários opressores e chegando até a Península Ibérica onde os exércitos árabes destruíram a monarquia visigótica autocrática e racista, principalmente em relação aos judeus.

Os melhores

Os palestinos são na verdade descendentes dos hebreus que realizaram casamentos mistos, isto é, os melhores, os que não aceitaram as advertências e ameaças de Iahvé (num. XXIII-V.50 a 56), descendentes dos filisteus, dos cananeus que sobreviveram à matança, dos hititas, jebusitas, dos povos que já habitavam a Palestina quando os antigos hebreus in-

(1) - in "Do Colonialismo de Israel à Libertação da Palestina", Forum Editora, 1969, Rio de Janeiro.

vadiram o país cerca de 1.500 anos A.C. Esses povos sobreviveram à ocupação israelita, mantiveram-se sempre numa parte do país, durante toda a Dispersão dos judeus. Uniram-se à grande torrente islamita do século VII e mantiveram-se com todas vicissitudes na sua terra, desde sempre até a invasão sionista de 1948.

Estes são os palestinos que ininterruptamente ocuparam sua terra, posse longa e sem hiatos que lhe confere direitos incontestáveis e inalienáveis.

2. A Pretensão "Histórica" do Sionismo

Sami Hadawi (1)

(...) Outro argumento para justificar a reivindicação sionista - sobre a Palestina funda-se no fato de os antigos hebreus (ou israelitas) terem sido os primeiros ocupantes do país.

Historicamente os antigos hebreus não haviam nascido na Palestina, tinham-na antes ocupado, depois de tê-la invadido, o que se assemelha, de certa forma, à atual invasão sionista.

De qualquer maneira, essa primeira invasão não atingiu senão uma parte da Palestina, e isso por períodos que não excederam quinhentos anos. Em nenhum momento os israelitas ocuparam a planície costeira, onde atualmente se encontram os israelenses. Tal território ficou sempre em mãos dos filisteus.

Além disso a ocupação israelita foi de curta duração, precária, intermitente e posteriormente dissolvida; atualmente funda-se apenas no direito de conquista e numa afinidade nacional ou racial entre os antigos hebreus e os judeus polacos, russos, americanos e europeus de hoje em dia.

Se essa ocupação transitória pode conferir aos sionistas um "Direito histórico" sobre esse país, então os árabes, que ocuparam a Espanha durante oito séculos seguidos, poderiam hoje reivindicar esse território, do mesmo modo que os italianos poderiam reivindicar as ilhas britânicas, e os polacos exigir que se retirassem todos aqueles que se instalaram no hemisfério ocidental, quer sejam americanos, canadenses, ou latino-americanos. Se todas as nações tivessem que aceitar essa estranha lógica, o mundo seria um caos indescritível.

O pretense "milagre da restauração de Israel" em 1948 não foi a aplicação da vontade de Deus, como os sionistas e certos cristãos desejariam que se acreditasse, mas antes um crime internacional, anti-cristão, perpetrado contra os habitantes muçulmanos e cristãos da Terra Santa. É pura ironia tratar a esses judeus estrangeiros como o povo que "regressa ao lar", a um país que nunca viram e do qual expulsam a população que lá nasceu e que sempre lá viveu. Antes que um eterno regresso, ou execução da vontade divina, a ressurreição de Israel evoca a perenidade da fraqueza do homem.

Os Direitos dos Árabes Sobre a Palestina

Os sionistas não reconhecem aos habitantes muçulmanos e cristãos qualquer direito sobre a Palestina, e, mesmo aqueles que não adotam esta posição extrema têm pelo menos a convicção errada de que as pretensões sionistas e os direitos árabes são igualmente válidos.

Os direitos de um povo sobre o seu país se assentam sobre dois princípios básicos: o nascimento e uma posse de longa duração. O direito de um francês à França, de um inglês à Inglaterra ou de um italiano à Itália não é resultante da religião que professam ou da raça a que tenham pertencido há milhares de anos atrás, mas do fato de terem nascido e vivido na terra de seus antepassados. Importa ressaltar que as reivindicações sionistas não podem se apoiar nem sobre o nascimento, nem sobre a posse de longa duração.

A população autóctone da Palestina não tem qualquer necessidade de provar o seu direito à terra de seus antepassados, mas a título documental, convém notar que os árabes palestinos não são, como muitas vezes se crê, descendentes dos conquistadores do deserto islâmico, de 1300 anos atrás. Apesar de alguns deles terem essa origem, pertencem em sua maioria à raça que viveu na Palestina desde os primórdios da história, que viu uma dúzia de orgulhosos invasores chegar e partir, e que permaneceu agarrada à terra ancestral, mesmo sob o jugo estrangeiro. Os filisteus (este nome deriva da Palestina) não haviam desaparecido antes da sua conversão ao cristianismo, e, mesmo nessa ocasião, foi apenas o seu nome que se perdeu, não a sua identidade.

Outro ponto essencial que é necessário enfatizar é que, em conformidade com o direito de autodeterminação, que é um princípio admitido pela justiça internacional,

os assuntos de um país devem ser regidos segundo a vontade da maioria de seus habitantes, e não por uma minoria de origem, cultura e língua estrangeira. Toda ação de qualquer país estrangeiro que desrespeite os desejos de tal maioria constitui uma agressão.

Se este princípio é reconhecido - e não há dúvida que o é - então o procedimento do governo britânico em forçar os árabes (que representavam em 1920, 94% da população) a aceitarem uma imigração maciça de judeus estrangeiros no decurso do mandato; as manobras dos EUA para impor aos árabes - por intermédio das Nações Unidas, em 1947 - um Estado sionista (quando os árabes eram dois terços da população), assim como as ações sionistas, que escorraçaram e despojaram os habitantes árabes através de métodos de extrema brutalidade, constituem atos de agressão, e são contrários aos princípios de justiça internacional, de auto-determinação dos povos e de uma democracia baseada na legalidade.

(1) In "As Reivindicações Bíblicas e Históricas dos sionistas sobre a Palestina", do livro "Dossier do Conflito Israelo-Árabe, Editorial Inova Limitada, Porto, Portugal, 1968

VI - DA GUERRA DE 1956

1 . A Agressão de Suez

Fawwaz Trabulsi (1)

Depois de derrotar os árabes em 1948, Israel tentou obter das grandes potências o reconhecimento de suas novas fronteiras e forçar os países árabes a aceitar o novo status-quo vigente. A primeira tentativa era um meio de se lograr a concretização da segunda, já que quanto mais subordinados estivessem os árabes ao ocidente, mais capacitada estaria Israel para impor-lhes fatos consumados, através da mediação de uma outra potência neo-colonial. Para preservar e perpetuar a sua ocupação, é indispensável para Israel que seus vizinhos árabes se mantenham fracos, subdesenvolvidos e dominados pelo neo-colonialismo. O status-quo sionista tornou-se inseparável do status-quo neo-colonialista no Oriente Médio, porém, a tentativa de preservá-los simultaneamente culminou com o fracasso de ambos.

A Inglaterra, os EUA e a França reconheceram o status-quo sionista na Declaração Tripartite de 1950, que sancionou os termos do armistício de 1949. Os árabes, no entanto, negaram-se a aceitá-los, a menos que Israel reincorporasse os refugiados palestinos. A tentativa israelense de chegar a um acordo com o rei Abdullah fracassou, ao ser este assassinado por um palestino em 1951.

Para que Israel lograsse obter dos árabes o reconhecimento de suas fronteiras, o Ocidente tentou induzi-los a assinarem um pacto anti-soviético. Porém, enquanto o Ocidente apresentava o comunismo como o maior inimigo dos governos árabes, estes, sob a pressão dos crescentes movimentos nacionalistas, viam em Israel uma ameaça maior. Além disso, nenhum deles enfrentava, na realidade, uma ameaça comunista interna, com a exceção do Iraque, que tinha sido o único país árabe a assinar o Pacto Anti-Soviético de Bagdad. A existência de Israel arruinou os planos anti-soviéticos do imperialismo ocidental.

Os israelenses trataram, então, de forçar os governos árabes a firmarem o pacto anti-soviético, através de uma série de incursões repressivas a estes países.

O objetivo destas medidas era forçar os árabes a pelir armas ao ocidente, o que só obteriam caso aceitassem a hegemonia ocidental. Uma vez que esta hegemonia fosse reforçada por um pacto anti-soviético, o ocidente conseguiria dos países árabes o reconhecimento de Israel.

Porém, quando Nasser se voltou para o ocidente em 1955 - após as incursões racionais israelenses em Gaza, no mês de fevereiro - foi-lhe imposto como condição a sua adesão à aliança anti-soviética. Recu

sando esta condição, o Egito voltou-se para o bloco soviético, rompendo-se assim o controle ocidental do fornecimento de armas. Simultaneamente, a supremacia israelense foi desafiada.

A tríplice agressão contra o Egito, em 1956, representa a convergência das frustrações da Grã-Bretanha, França e Israel. Se o fornecimento de armas checas pôs fim, em 1955, à chantagem de armas do ocidente, a nacionalização do Canal de Suez - depois da Grã-Bretanha, do Departamento de Estado e do Banco Mundial terem se recusado a financiar a represa de Assuã - pôs fim à chantagem econômica ocidental. A Grã-Bretanha e a França perderam um de seus baluartes econômicos e estratégicos mais importantes na zona, enquanto que o Egito reavia uma importante fonte de divisas. Assim, o regime nasserista passou a simbolizar o máximo de desafio ao imperialismo.

Tanto as pretensões israelenses quanto as britânicas e francesas não puderam se concretizar apesar da vitória militar. O Egito, e com ele, o nacionalismo pequeno burguês saíram vitoriosos da guerra. A década seguinte registraria a luta, os sucessos e os limites da nova classe dirigente nacional.

VII - DA GUERRA DOS SEIS DIAS

1. A Guerra entre Árabes e Judeus de Junho de 1967

Isaac Deutscher
(1)

(...) Analisemos o background internacional do problema. Temos de relacionar essa guerra com a grande luta de potências e conflitos ideológicos no mundo que forma o seu contexto. Nesses últimos anos o imperialismo americano, seus associados e as forças que êle financia, envolveram-se numa tremenda ofensiva política, ideológica, econômica e militar sobre vasta área da Ásia e da África, enquanto as forças que se opunham à sua penetração, a União Soviética em primeiro lugar, mal se sustentavam em pé ou tinham de recuar. Esta tendência emerge de uma longa série de acontecimentos: revolta em Gana, quando caiu o governo de Nkrumah; o crescimento da reação em várias nações afro-asiáticas ; o sangrento triunfo anti-comunista na Indonésia, que significou importante vitória da contra-revolução na Ásia; as etapas da guerra americana no Vietnã e o golpe militar da ala direita "marginal" na Grécia . A guerra árabe-israelense não constitui acontecimento isolado; pertence àquela categoria de acontecimentos. A contra-tendência, manifestou-se numa fermentação revolucionária em várias partes da Índia, na radicalização das táticas políticas nos países árabes, na luta efetiva da Frente de Libertação Nacional no Vietnã, e no aparecimento em todo o mundo da oposição à intervenção americana. O avanço do neo-colonialismo americano e da contra-revolução afro-asiática não sem oposição, mas seu sucesso, excluindo o Vietnã, foi evidente.

No Oriente Médio o progresso do avanço americano é de data relativamente recente. Durante a guerra de Suez, os EUA ainda adotavam uma posição de "anti-colonialismo" e agiam aparentemente de acordo com a URSS para alcançar a retirada da França e da Grã-Bretanha. A lógica da política americana ainda era a mesma da que se desenvolveu, por volta de 1940, quando o Estado de Israel ainda não passava de projeto. Enquanto a classe dominante americana estivesse basicamente interessada em expelir da África e da Ásia potências coloniais, a Casa Branca representava apoio ao "anti-colonialismo". Mas, havendo contribuído para a queda dos velhos impérios, os EUA ficaram horrorizados ante a possibilidade de que forças revolucionárias locais, da União Soviética ou uma combinação de ambas, preenchessem aquele vácuo. O anticolonialismo ianque desvaneceu-se e, então, "surgiu" a América. No Oriente Médio , isso aconteceu entre o período que vai da crise de Suez à última guerra israelense. Os desembarques de forças militares americanas no Líbano, em 1958, tinham a intenção de reter a onda de revoluções naquela -

(1) In, "O Judeu Não-Judeu e Outros Ensaios", Civilização Brasileira - Rio de Janeiro, 1970

área, especialmente no Iraque. Desde então, os EUA, sem dúvida confiam - do de algum modo na "moderação" soviética, evitaram um envolvimento mili - tar, aberto ou velado, no Oriente Médio, e mantiveram uma posição de quase alheamento. Esta posição, porém, não torna a presença americana menos re - al.

(...) A irreconciliável hostilidade às aspirações árabes de unidade e - emancipação nacional tornou-se, entretanto, o axioma da política israe - lense. Daí o papel de Israel na guerra de Suez em 1956. Ministros social - democratas de Israel, não menos que os colonialistas ocidentais, abraça - ram uma raison d'état que considera alta sabedoria manter os árabes di - vididos e atrasados e jogar seus reacionários hashemitas e outros ele - mentos feudais contra os republicanos, forças nacional-revolucionárias . Mal começava 1967, quando parecia que um levante republicano ou um golpe poderia depor o Rei Hussein, o governo do Sr. Eshkol (então primeiro - ministro de Israel) não fêz segredo de que, em caso de um "golpe nasse - rista" em Aman, as tropas israelenses marchariam sobre a Jordânia. E o prelúdio para os acontecimentos de junho último partiu de Israel ao ado - tar uma atitude ameaçadora a respeito do novo regime da Síria, denuncia - do como "nasserista" ou mesmo "ultranasserista" (pois o governo da Síria parecia ser uma sombra mais antimperialista e mais radical do que o go - verno egípcio).

Planejaria, de fato, Israel atacar a Síria a qualquer momento, em maio, como acreditava o Serviço Secreto Soviético e Moscou avisou a Nas - ser ? Não sabemos. Foi como resposta a êsse aviso, e com o apoio moral - dos soviéticos que Nasser ordenou a mobilização e concentração das tro - pas na fronteira do Sinai. Se Israel tivesse, na realidade, êsse projeto , a mobilização de Nasser atrasou o ataque à Síria apenas algumas sema - nas. Se Israel não o tivesse, seu comportamento daria às ameaças anti-sí - rias aquela plausibilidade que as ameaças árabes continham aos olhos dos israelenses. Em qualquer caso, os governantes de Israel estavam bastan - te certos de que sua agressividade vis-à-vis da Síria, ou do Egito encon - traria no Ocidente tôda a simpatia e lhes traria alguma recompensa. Es - sas suposições apoiaram sua decisão de ordenar o inesperado ataque em 5 de junho. Estavam absolutamente certos do apoio moral, político e econô - mico americano, e de algum modo também britânico. Mesmo que se excedes - sem num ataque aos árabes, poderiam contar - e isto o sabiam -, com a pro - teção diplomática americana ou, pelo menos, com a indulgência americana - oficial. E, não erravam. A Casa Branca e o Pentágono não poderiam deixar de apreciar homens que, por suas próprias razões se decidiram a abater á - rabes, inimigos do imperialismo americano. O Gen. Dayan atuou como se fôss - se o Gen. Cao Ky do Oriente Médio e apareceu fazendo o seu serviço com -

fulminante rapidez, eficiência e crueldade. Ele foi, e é, uma figura - mais vulgar e um aliado menos embaraçoso do que Ky.

O comportamento árabe, especialmente a diversificação de idéias - e a hesitação de Nasser nas vésperas das hostilidades apresentam chocante contraste com a determinação e a desinibida agressividade de Israel. Tendo, com o encorajamento soviético, mobilizado suas tropas para a - fronteira do Sinai e, ainda, colocado em posição seus mísseis de fabricação russa, Nasser então, sem consultar Moscou, proclamou o bloqueio do Estreito de Tiran. Foi um ato de provocação, embora, praticamente, de limitada significação. As potências ocidentais não o consideraram suficientemente importante para tentar e "testar" o bloqueio. Nasser sentiu aumentar o seu prestígio e se capacitou a proclamar que arrebataria de Israel o último fruto de sua vitória de 1956 (antes da guerra de Suez os navios israelenses não podiam passar por este estreito) . Os israelenses apresentaram o bloqueio como um perigo mortal para sua economia, o que na realidade não era, e responderam com a mobilização - de suas forças, levando-as para as fronteiras.

A propaganda soviética continuava ainda, publicamente, a encorajar os árabes. Uma Conferência dos Partidos Comunistas do Oriente Médio, que teve lugar em maio (e cujas resoluções foram resumidas pelo Pravda), foi, entretanto, estranhamente reticente a respeito da crise e fez alusões críticas a Nasser. Muito importantes eram as curiosas manobras-diplomáticas por detrás dos bastidores. Em 26 de maio, altas horas da madrugada(às 2,30 horas) o embaixador soviético acordou Nasser para avisar-lhe seriamente de que o exército egípcio não devia ser o primeiro a abrir fogo. Nasser concordou. Sua concordância foi tão completa - que ele não apenas refranou início das hostilidades, como tampouco tomou qualquer preocupação contra a possibilidade de ataques israelenses: deixou os aeroportos indefesos, e os aviões em terra e sem camuflagem . Não se preocupou sequer em minar o estreito de Tiran ou de colocar ali - guns canhões em ambas as margens(deixando-os como os israelenses, para surpresa sua, os encontraram).(...

A Guerra dos Seis Dias

Fawwaz Trabulsi (1)

A ofensiva do imperialismo americano em 1960 no Vietnã, Cuba, Ghana e Indonésia atingiu o mediterrâneo oriental em 1967. Em 21 de abril deste ano, o exército tomou o poder na Grécia, num golpe articulado pela C.I.A. Tornou-se evidente, que a Síria e o Egito seriam os próximos alvos. Restava saber se o ataque viria de dentro ou de fora. A 11 de maio de 1967, um oficial israelense de alta patente parecia responder a esta questão, ao ameaçar a ocupação militar de Damasco, para pôr fim às incursões do Al-Fatah em território israelense. Esta ameaça foi seguida pelas declarações do Gal. Rabin(então Comandante-em-Chefe das Forças Armadas e atualmente, primeiro-ministro de Israel), de que enquanto o regime do Baas não fosse deposto na Síria, nenhum governo no Oriente Médio poderia sentir-se seguro.

(...) O regime nasserista do Egito estava sendo vítima de uma forte chantagem por parte da reação árabe, especialmente da Arábia Saudita e da Jordânia, devido à passividade de sua posição diante do problema palestino desde 1957. As gestões realizadas por Nasser, no sentido de exigir a retirada das tropas das Nações Unidas do Egito, de concentrar tropas na fronteira com Israel e, finalmente, de fechar o Golfo de Akaba à marinha israelense (15-23 de maio) somente podem ser entendidas dentro deste contexto. De um só golpe, Nasser criou um movimento de ativa solidariedade à Síria ameaçada e destruiu os últimos resquícios da agressão anglo-francesa-sionista de 1956.

Desta maneira, Nasser logrou uma dupla vitória e provou que o Egito, de todos os países árabes, era quem mais elevava a voz sobre a questão palestina.

(...) Cabe uma palavra sobre a famosa "ameaça de genocídio" que pairava sobre Israel às vésperas da guerra de 1967. Em verdade, o exército americano tinha um plano preparado de intervenção no Oriente Médio, caso os exércitos árabes tentassem penetrar em território israelense. Este plano consistia em formar uma barreira constituída por tropas americanas(que se elevavam a 100 000 homens), entre os israelenses, que seriam reagrupados no centro de Israel, e os exércitos árabes em marcha. Quando Lyndon Johnson recebeu Aba Eban(então ministro das Relações Exteriores de Israel) em 26 de maio e assegurou-lhe que os Estados Unidos respeitariam os seus compromissos com Israel(conforme a declaração oficial feita por Dulles, em 1957, de defender o status-quo pos-Suez) ele recordava este plano.

(1) In "La Revolución Palestina Y El Conflicto Árabe-Israelí", Cuadernos de Pasado y Presente / 14, Buenos Aires, 1970.

Porém, é que têm os chefes militares israelenses a dizer a respeito da "ameaça de genocídio" ? Numa entrevista concedida ao jornal israelense Haaretz (22 de dezembro de 1968) o Gal. Rabin admitia que Mas - ser não queria a guerra, mas "tinha que enfrentar uma situação em que a guerra era preferível à retirada". Já o primeiro-ministro Levi Eshkol descreveu a mobilização militar egípcia no Sinai e a atividade desenvolvida na zona como "uma disposição militar defensiva egípcia nas fronteiras meridionais de Israel".

(...) A guerra de junho significou a derrota da política árabe - até então predominante, tanto diante do sionismo, quanto do imperialismo. Foi a derrota dos países de uma região subdesenvolvida, com regiões igualmente subdesenvolvidas, infligida por um Estado infinitamente menor, numericamente inferior, enfim por uma potência colonizadora tecnicamente avançada, europeizada e militarista, que contava com a sólida proteção do campo imperialista.

A Situação Pós-67

Sombrando de dúvidas, o aspecto mais importante da situação posterior a junho de 1967, no Oriente Médio, é a luta de libertação nacional do povo palestino, um fato que revolucionou todo o panorama da região. Na verdade, as maiores organizações palestinas já existiam antes da guerra de junho. O núcleo do Al-Fatah já estava constituído desde o final da década de 1950 e realizou a sua primeira operação militar em 19 de janeiro de 1965. A Organização para a Libertação da Palestina foi formada nas reuniões de cúpula de 1964 e 1965. Por volta do mesmo período, o setor palestino do Movimento Nacional Árabe formou seus próprios grupos militares que, posteriormente, adotaram o nome de Frente Popular para a Libertação da Palestina, da qual se desligaria, em fevereiro de 1969, a Frente Democrática Popular.

Esta mudança radical na vida política do povo palestino resultou da combinação de dois fatores:

- 1) o surgimento de uma nova geração de palestinos que havia experimentado apenas a vida dos campos de refugiados. O seu repúdio às condições atrozes sob as quais vivia e o fato de ter se libertado dos laços que a prendia à velha geração, forçou-a a encarar o problema palestino sob perspectivas radicalmente diversas.
- 2) a crescente decepção sofrida pelos elementos politizados palestinos diante da situação das lutas anti-sionista e anti-imperialista na zona, conduzidas pelo Baas e pelo nasserismo. Os palestinos acreditavam que a libertação da Palestina se faria através da libertação dos países circunvizinhos das garras do imperialismo. Não é, portanto, acidental que o surgimento das vanguardas armadas do povo palestino coincida com a de

cadência da luta anti-imperialista na região e com o fracasso da primeira tentativa de unidade no mundo árabe, entre a Síria e o Egito, fase - significativamente caracterizada pelo esquecimento do problema palestino.

Abandonada à sua própria sorte, a luta de libertação palestina - somente poderá desenvolver-se lentamente. Por força da derrota árabe em 1967, ela cresceu a passos gigantesco.

Pela primeira vez desde 1948, os palestinos se libertaram da tutela dos vários países árabes e tomaram, finalmente, em suas próprias - mãos, a luta que é primordialmente sua. Em meio à profunda humilhação - causada pela terceira derrota militar dos exércitos regulares árabes, um povo - agora disperso, mistificado e oprimido - ressuscita. Uma lição essencial foi aprendida: a confiança em si mesmo. Os palestinos compreenderam também que a des-sionização da Palestina é a única maneira de exercer o seu direito à autodeterminação nacional. A guerra de junho, por - fim, revelou a incapacidade dos governos árabes de impor a Israel a sua própria solução do problema palestino: a efetivação das resoluções da - ONU sobre a partilha da Palestina, a internacionalização de Jerusalém e a chamada "solução humanitária para o problema dos refugiados".

(...) Uma Palestina des-sionizada e democrática deve abolir as - seguintes características estruturais do Estado de Israel:

- 1) a soberania judaica sobre a Palestina.
- 2) a Palestina como o Estado de todos os judeus do mundo.
- 3) a anexação das terras e propriedades árabes.
- 4) a discriminação racial contra os árabes e judeus orientais.
- 5) a sua subordinação ao imperialismo.

3. A Nova Tragédia dos Refugiados Palestinos

Henry Cattan
(1)

Em menos de vinte anos, Israel provocou uma segunda tragédia de refugiados. O número de palestinos deslocados da margem ocidental do Jordão e da Faixa de Gaza - resultado da guerra dos seis dias - foi calculado pelo governo da Jordânia, a 31 de março de 1968, em 410.248. Além destes refugiados palestinos, cerca de 100 000 pessoas foram deslocadas dos territórios ocupados por Israel na Síria; da península do Sinai, de 60 mil a 70 mil, e aproximadamente 300 000 evacuaram a zona do Canal de Suez, em virtude dos bombardeios israelenses ao outro lado do canal.

(...) As condições em que vivem os novos refugiados na Jordânia são aterradoras. A maioria se abriga em tendas, espalhadas por oito a - campamentos em torno de Amã. No inverno, em mais de uma oportunidade, foram vítimas dos bombardeios israelenses. Estas inocentes vítimas perderam tudo na vida, seus lares, seu país, seus bens. Algumas delas tornaram-se refugiados pela segunda vez numa só geração. Porém ainda se a - ferram na esperança - mais tênue dia a dia - de que as Nações Unidas e a consciência da humanidade lhes fará justiça.

Quais foram os fatores que provocaram o êxodo dos refugiados palestinos da margem ocidental e da Faixa de Gaza ?

Muitos fugiram por temor, outros foram expulsos ou forçados a se retirar devido à destruição de suas casas.

Em alguns casos os refugiados palestinos foram fisicamente expulsos de suas aldeias e lares. Em vários lugares, as forças israelenses utilizaram o mesmo método que tanto êxito havia alcançado em 1948: mediante o uso de megafones instalados em carros blindados, anunciaram que o caminho para Amã estava livre e intimaram a todos que partissem. Em Jerusalém, comunicou-se aos habitantes árabes que não se garantia por sua segurança pessoal se estes permanecessem na cidade. Em outras cidades, tais como Belém, foi dado um prazo de duas horas para que se fossem, pois, em caso contrário, suas casas seriam dinamitadas, mesmo se eles ainda lá estivessem.

Em seu comunicado feito ao Conselho de Segurança, o representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, N.G. Gussing menciona "persistentes informações a respeito de atos de intimidação por parte das forças armadas israelenses e de tentativas de induzir a população a se dirigir para a margem oriental. Foram também veiculadas informações de que, em diversos lugares, colocou-se à disposição da população ônibus e caminhões para que partissem".

(1) In "Palestina, los árabes e Israel", Siglo Veintiuno Editores, 1971, México

Outro método utilizado pelos israelenses para expulsar os palestinos foi a destruição em massa de suas casas e aldeias. Milhares de casas e várias aldeias foram dinamitadas pelas forças israelenses, depois de cessadas as hostilidades, algumas para forçar os palestinos a abandonarem o seu país e outras, em represália pela resistência oferecida por seus habitantes às forças de ocupação. Em alguns casos, bairros inteiros de cidades e aldeias foram arrasados, sendo seus habitantes obrigados a vagar sem abrigo e em condições de privação total.

Dois bairros residenciais da cidade velha de Jerusalém - Ma'gharbeh e Sa'diyah - foram arrasados, para em seu lugar se estabelecer um estacionamento, em frente ao Muro das Lamentações.

Na região de Jerusalém, as aldeias de Battir e Beit Iksa foram destruídas depois da cessação das hostilidades. Na região de Latrun, as aldeias de Enaús, Yalo, Beit Nouba e Beit Sir foram sistematicamente destruídas pelos israelenses, dezoito dias após o cessar-fogo. Seus habitantes, que eram mais de 10.000, foram desalojados de seus refúgios. Na região de Chevron, as aldeias de Beit Awa e Beit Mersin também foram destruídas após o cessar-fogo. O comunicado feito pelo representante da ONU assegura que em Beit Awa mais de 90% de aproximadamente 400 casas foram destruídas, enquanto que Beit Mersin foi destruída em sua totalidade.

Além da expulsão física e da destruição de casas e aldeias, a pressão e o terrorismo praticados pelas forças israelenses provocaram também o êxodo de um grande número de refugiados dos territórios ocupados e, em particular, da Faixa de Gaza. A população desta cidade, antes da guerra de 1967, era de 442.476 habitantes, dos quais 316.776 refugiados da guerra de 1948.

(...) Sob a pressão da opinião pública mundial e a título de um aparente acatamento da resolução 237, de 14 de junho de 1967, do Conselho de Segurança, e da resolução 2252 da Assembleia Geral de 14 de julho de 1967 (que exortavam Israel a conceder facilidades para que se tornasse possível o regresso dos refugiados que haviam deixado o país desde o início das hostilidades), Israel anunciou que permitiria o regresso dos refugiados do último conflito. Somente aqueles refugiados que tinham atravessado a margem oriental do Jordão, entre 5 de junho e 4 de julho de 1967, e cujos pedidos de regresso foram aprovados por Israel, poderiam retornar às suas casas. Ao mesmo tempo, Israel fixou como data para o término do acordo, o 31 de agosto de 1967, tornando praticamente impossível, desde o início, o regresso dos refugiados. Apesar das rígidas condições que obstruíam o programa de repatriação, foram enviados 40.000 pedidos a Israel (o total de refugiados era de 150.000). A maioria destes pedidos não foi aprovado, nem sequer estudado. Apenas a uma

minoria se permitiu o regresso.

(...) Dos refugiados que foram autorizados a regressar, poucos deles eram antigos habitantes de Jerusalém, o que é explicado pela intenção de Israel em anexar a cidade e fazer dela uma cidade completamente judia.

(...) As autoridades jordanianas informaram que, em alguns casos, foram concedidas autorizações a alguns membros de uma família, mas não para todos. O procedimento para o envio do pedido de regresso requeria que os filhos e filhas adultos o fizessem separadamente do resto da família, o que, em determinadas ocasiões, fez com que as famílias se vissem na alternativa de abandonar a um filho ou uma filha, ou de perder a oportunidade para regressar.

"É evidente então, que as esperanças alimentadas, a princípios de julho, de que pelo menos o grosso das pessoas desabrigadas pudesse regressar à margem ocidental - de acordo com os termos da resolução 237 (1967) do Conselho de Segurança - não se concretizaram. As razões da frustração destas esperanças está em questão... Considerando porém, o testemunho pessoal do comissariado geral das Nações Unidas em Amman, pode-se afirmar que as autoridades jordanianas fizeram o humanamente possível para que aqueles, cujos pedidos de regresso haviam sido aprovados, fossem rapidamente informados e receberem toda a ajuda necessária para cruzar o rio. (United Nations Document A/6713).(...)

VIII - DA TRAGÉDIA PALESTINA

2. Os Judeus Do Oriente Médio

Eric Rouleau (1)

(...) - Colonização Judaica

Os palestinos se consideram vítimas de uma "monstruosa conjuração sionista". Cada um deles dirá que o caso de Hebron não é excepcional, que desde o início da imigração dos judeus, nos primeiros anos do século, foram usados todos os meios para privar os autóctones de sua pátria: compra de terras antes da criação de Israel, em seguida o terror, o confisco ou requisição de bens, com base num impressionante arsenal de leis que invocavam argumentos de ordem religiosa, política, histórica, econômica ou de segurança. Centenas de milhares de hostes, pertencentes tanto aos palestinos que se refugiaram no estrangeiro quanto aos que escolheram viver sob o domínio de Israel, foram transferidos à colonização judaica.

Os palestinos acham que não é de surpreender que o governo israelense, temendo suscitar um precedente indesejável, tenha-se negado a autorizar o retorno dos habitantes árabes de Lirrit e Biran, apesar da oposição da Corte Suprema a essa atitude, de um vigoroso movimento de protesto entre os próprios judeus. Esses palestinos foram "provisoriamente" afastados de suas cidades por razões de segurança há um quarto de século, antes que suas casas fossem destruídas e suas terras desocupadas para os pioneiros judeus.

O principal temor dos palestinos, hoje em dia, é que a segunda metade de sua pátria de origem - a Cisjordânia e a faixa de Gaza - seja, por sua vez, integrada ao Estado de Israel. Em cinco anos, foram fundadas 44 colônias agrícolas civis ou paramilitares nos territórios conquistados em 1967. No fim do ano, seu número se elevará a 50. Dois casos de expropriação causaram especial tumulto, em virtude do seu caráter arbitrário: o exército espalhou um veneno químico pelas plantações da cidade de Akraba, em abril passado, para forçar a retirada dos habitantes, que tinham em resistir (passivamente); em janeiro de 1972, 20 mil árabes de Raffh, na faixa de Gaza, foram expulsos em massa, e logo depois suas habitações foram destruídas e suas propriedades que se estendiam por 120 quilômetros quadrados, tomadas.

Após uma violenta campanha pela imprensa, principalmente nos jornais do partido governamental, Mapam, os oficiais superiores e os altos funcionários responsáveis pela medida foram punidos, três meses mais tarde. Os palestinos não creem que a administração militar tenha podido tomar uma

ciativo de tal convergência sem instruções precisas das mais destacadas autoridades do Estado. E eles acreditam também que o governo se recusa a tomar qualquer providência para compensar os camponeses espoliados, enquanto as novas colônias agrícolas de Raiffah continuam a prosperar...

Em Jerusalém, onde o ex-setor árabe foi anexado em seguida à guerra dos Seis Dias, a situação é bem menos equívoca. No total, 1.200 hectares de terras foram expropriados, mais de mil alojamentos árabes destruídos - e substituídos por casas que ocupavam desde 1948 no antigo bairro judeu. A cidade estende suas ramificações em todas as direções, especialmente sobre as colinas que pertenciam, até 1967, ao reino jordani-ano.

Integração Econômica

Paradoxalmente, a integração econômica dos territórios ocupados - apesar do bem-estar que ela procura proporcionar - alimenta, na mesma medida, o nacionalismo palestino e as disputas territoriais. À primeira vista, essa conclusão parece absurda, porque em todas as regiões ocupadas, ou quase todas, os árabes prosperaram a olhos vistos em relação à sua situação anterior. O pleno emprego levou a dignidade dos refugiados que viviam da caridade internacional. Alguns construíram casas "de verdade". Muitos campos de refugiados da Cisjordânia estão cheios de antenas de televisão (o número de aparelhos aumentou de três mil, em 1967, para 40 mil, em 1972). Os burgueses possuem mais 50% de carros particulares do que possuíam antes, e viajam muito mais para o estrangeiro. Na Cisjordânia, o produto nacional bruto e a renda per capita praticamente dobraram nos últimos quatro anos.

Medidas desse tipo, encorajadas pelo General Moshe Dayan e seus partidários políticos, despertam o ceticismo de muitos governantes israelenses. O chefe do Partido Trabalhista e ministro das Finanças, M. Pinhas Sapir, declarou, no dia 9 de novembro passado, que "os que pensam que a melhoria do nível de vida pode compensar as aspirações nacionalistas de um povo não aprenderam ainda as lições da História".

O pior é que as condições nas quais se baseia a integração econômica parecem

criar novos rancores e uma aguda animosidade por parte da maioria dos palestinos de todas as classes sociais.

Os operários palestinos empregados em Israel avaliam sua atual situação comparando-a à de seus companheiros judeus, e não à sua própria situação precedente. Eles se sentem vítimas de intoleráveis discriminações. O caso de Khalil M. é bastante típico. Pedreiro de Gaza, onde reside, cristão, apolítico, pai de família numerosa, Khalil fala corretamente o hebraico e trabalha para os judeus desde 1969. Ele nos declarou o seguinte:

"Em termos individuais, meu poder aquisitivo não aumentou depois da ocupação. É bem verdade que meu salário subiu, mas o custo de vida mais do que quadruplicou. Só consigo equilibrar meu orçamento graças à renda de minha mãe e de meu neto, que conseguiram arranjar emprego. Eu exerço as funções de contramestre sem possuir o título correspondente e ganho a metade do salário de quem ganha um judeu no mesmo cargo, com título. Sou pago por dia, não tenho direito ao descanso semanal, nem às férias anuais, nem às garantias trabalhistas. Posso ser demitido a qualquer momento sem aviso prévio ou indenização. Não posso me sindicalizar porque sou estrangeiro. A legislação me impede de residir em Israel, mesmo trabalhando lá. Como eu não tenho condições físicas nem financeiras de fazer uma viagem diária de quatro horas, durmo num dos canteiros de obras da empresa, ao ar livre, com o consentimento de meu patrão e a cumplicidade tácita das autoridades policiais. Vou em e sa apenas uma vez por semana."

Cerca de 60 mil palestinos - metade da mão-de-obra da Cisjordânia e de Gaza - encontram-se na mesma situação de Khalil, segundo as últimas estimativas, que nos foram fornecidas pelo porta-voz da administração militar, o coronel Horowitz. Mais 20 mil operários, estes empregados nas empresas árabes nos territórios ocupados, são os fornecedores regulares de indústrias israelenses, principalmente as de materiais de construção, confecções, móveis e couros, que usufruem do custo relativamente baixo da produção árabe. Desse modo, os honens do negócios do Estado hebreu obtêm duas vantagens de uma só vez: asseguram uma mão-de-obra bem menos onerosa que a de Israel e suscitam a formação de um mercado interno nos territórios ocupados, favorável à colocação de seus próprios produtos.

A burguesia palestina foi, por seu lado, diversamente afetada pela integração econômica. Exportadores e grandes industriais nos asseguraram, não sem reticências, que seus negócios estão em expansão crescente. Segundo eles, esse crescimento é "natural", mas na realidade é estimulada pelas facilidades financeiras e fiscais que o governo de Golda

Meir lhos concede - as mesmas que concedo aos industriais judeus. Todos eles, entretanto, disseram-se apreensivos diante da perspectiva de investimentos maciços de capitais judeus na Cisjordânia e em Gaza, autorizados oficialmente no dia 8 de outubro de 1972.

Os pequenos e médios industriais e os artesãos, no entanto, já foram duramente prejudicados pela concorrência dos produtos acabados que vêm de Israel e inunda o mercado, pela alta dos preços e pela dramática penúria de mão-de-obra. Também os pequenos proprietários de terra não se encontram em situação melhor; muitos tiveram de abandonar suas posses e suas atividades e se integrar a Israel. Os intelectuais continuam resistindo, para não ter que "pedir ajuda" a um país que se vangloria de possuir um dos mais competentes quadros universitários do mundo.

Os "Judeus do Oriente Médio"

"Nós somos apátridas" - é a ladainha que se repete de um lado a outro do Oriente Médio, desde os árabes israelenses de Nazaré até os palestinos do Kuwait. Os palestinos da Diáspora são progressivamente excluídos - se foram integrados - das sociedades em via de desenvolvimento, que geram as classes operárias, os burgueses, os técnicos, as elites estritamente autóctones. Submetidos à ocupação em Judá e em Samaria (como os israelenses chamam a Cisjordânia) ou ao arbítrio dos governos árabes que, indistintamente, amigos ou adversários, os tratam como estrangeiros, os palestinos são inassimiláveis, e muitas vezes inaceitáveis. Chamados pejorativamente por seus "irmãos" árabes de "judeus do Oriente Médio", eles são invejados, temidos e vistos com suspeita e desprezo. Em todos os campos de refugiados da Transjordânia, da Síria e do Líbano, os palestinos continuam dizendo, 25 anos após a fundação de Israel, aquilo que os sionistas disseram durante séculos: "Nahnou A'edoun !" (Nós voltaremos !). Possivelmente numa ironia do destino, muitos de seus compatriotas

tas, residentes em Israel, na Cisjordânia e em Gaza, emigram para terras mais clementes.

O movimento jovem do Partido Trabalhista israelense, Mapam, imprimiu recentemente um cartaz muito eloquente - um homem cuja metade do rosto era a de um judeu soviético, com a seguinte legenda: "Todo homem tem direito a uma pátria". Um slogan que se traduz atualmente por um contraste cruel: não é raro que dois grupos bem diferentes se cruzem no aeroporto de Telaviv. Um deles é composto de pessoas louras, do tipo eslavo; são intelectuais moscovitas ou camponeses da Geórgia que reencontram a pátria ancestral do povo hebreu. O outro é formado por homens de perfil semita - artesãos de Hebron ou intelectuais de Gaza - que deixam definitivamente a sua terra, as vezes paragens tão distantes quanto o Canadá ou a Austrália. Uns e outros, por razões diametralmente opostas, jamais conseguem conter sua emoção.

2. Palestinos: Um Drama De 25 Anos

(...) Mudança de tônica

The Guardian (1)

Uma análise mais detalhada do que aconteceu com os refugiados durante estes últimos cinco anos, entretanto, revela uma mudança de tônica. Mesmo antes de 1967, podia-se dizer que, até certo ponto, havia quatro problemas de refugiados distintos, e isso devido às condições e tratamento diferentes que cada um dos quatro países "anfitriões" - Líbano, Síria, Jordânia e Egito - dispensava aos refugiados. Esta fragmentação da comunidade refugiada, define-se hoje, de maneira bastante mais clara, uma vez que Israel - o governo "anfitrião" de fato, em Gaza - adota políticas obviamente destinadas a assimilar os refugiados à população residente local e a apagar, oportunamente o status especial de refugiados que lhes é conferido e as reivindicações que eles têm direito por esse status.

Diga-se que a Jordânia sempre deu plena cidadania aos refugiados e a Síria lhes ofereceu a maioria dos direitos usufruídos por seus próprios cidadãos. Mas ambos esses governos têm tomado o cuidado de manter o status separado dos refugiados de modo a não interferir em seus direitos à repatriação e compensação, de acordo com as inúmeras resoluções adotadas pelas Nações Unidas.

Há cinco anos a característica principal e mais evidente da ocupação da margem ocidental do Jordão e de Gaza, por Israel, foi a repressão militar brutal. Hoje em dia, há muita menos evidência disso, - embora ainda persista, - como um fantasma assustando a vida cotidiana dos palestinos que vivem sob a ocupação - especialmente a ameaça da deportação arbitrária que destrói a casa e a família de um homem e ainda arruína a sua vida.

As cicatrizes desta repressão estão presentes. Ibrahim Mohamed Atiyya el Baz é um digno ancião de barbicha branca que veste a túnica negra e o Kafiyeh branco de sua tribo. Já foi um próspero fazendeiro na aldeia de Irak Suweidan, perto de Faluja. Hoje é um refugiado registrado na UNRWA - entidade subordinada às Nações Unidas, criada com a finalidade de dar assistência aos refugiados palestinos - e vive no campo de Nuseirat, em Gaza. É também um "caso de providência" da UNRWA, o que significa um caso de uma dificuldade especial, que o distingue das fileiras de pobres e enjeitados a cargo da agência. A natureza dessa sua dificuldade especial é a seguinte: dois filhos reportados para a Jordânia, um terceiro filho condenado a 15 anos de cadeia, e um neto -

(1) In "Opinião". Rio de Janeiro, nº 29, 21 a 23 de maio de 1973.

cumprindo uma condenação perpétua e outro recém-saído da cadeia após - cumprir 14 meses; as casas dos dois filhos deportados para a Jordânia - foram dinamitadas e suas famílias, num total de 18 pessoas (mulheres e crianças), vivem agora com o velho. Ele faz o que pode. Quando uma única família pode sofrer tanto, é fácil compreender a amargura e o ódio - pela ocupação israelense que existe em Gaza, sob uma capa de "normalidade" que - não sem razão - Israel afirma ter estabelecido.

Um lembrete ainda visível da primeira e brutal fase da ocupação de Gaza é fornecido pelas enormes faixas de 50 metros de largura - que foram abertas através do campo de refugiados, arrancando as casas - humildes e esquálidas, mas assim mesmo casas - onde milhares de famílias tinham vivido durante os últimos vinte anos. Mas a escala em que - a operação foi feita não pode deixar de dar origem à suspeitas de que - houvesse também outros motivos: a fragmentação desses vastos conglomerados de palestinos em pedaços politicamente assimiláveis e a diminuição da população árabe do Estreito de Gaza, obrigando aqueles que ficaram sem casa a se mudarem para o Sinai ou para a margem ocidental, e - daí para a Jordânia.

Existe algo de chocante na visão de enormes extensões de terra sendo ocupadas por famílias israelenses em Gaza. Trata-se da faixa de terra mais superpovoada do mundo que, nos últimos 25 anos, vem sendo habitada por uma enorme massa de trabalhadores rurais sem casa e a quem - foi tirada qualquer possibilidade de trabalhar a terra (uma vez que não havia mais terra para dividir com eles, pois ela não vai além das necessidades dos residentes locais de Gaza). E no entanto Israel está agora laboriosamente estabelecendo colônias (duas), cada uma das quais - cobre uns cinco ou seis quilômetros quadrados de terra boa para a agricultura. Aqui se estabelecerão milhares de colonos estrangeiros, tomando as terras dos fazendeiros e agricultores locais e aumentando assim o peso que paira sobre as populações de uma faixa de terra que sobrevive - a duras penas.

O estágio final desse processo de usurpação será sem dúvida - a remoção de enormes contingentes de palestinos de sua terra, forçando-os a tomar o caminho do território egípcio ou da península do Sinai.

Em termos econômicos, deu-se uma mudança radical em Gaza. Mais de 30 mil pessoas - tanto refugiados quanto residentes - viajam agora - diariamente para o trabalho em Israel. A maioria vai de trem para Tel Aviv. Dois terços desses "viajantes" estão, hoje em dia, empregados no próspero negócio imobiliário israelense. Mas dentro de Gaza, propriamente, o nível da atividade econômica ainda é muito baixo. Boa parte do salário dos "viajantes" está, possivelmente, sendo gasto mais em Is -

rael do que em Gaza.

A atividade de construção que existia em Gaza até 1967, sob o governo egípcio, parece que não vai se reaconder. O curioso entreposto-comercial que tornava o mercado de Gaza tão movimentado para os comerciantes egípcios não foi substituído. O mercado de trabalho agrícola e industrial é escasso e dispendioso.

Israel tem construído várias estradas através de Gaza(presume-se que isso faça parte de um esforço para incorporar Gaza ao território israelense) e isso ocupa uma boa parcela da força de trabalho que não tem ocupação em Israel. As classes média e liberal, para quem não há emprego em Israel, estão se ressentindo do alto custo de vida e dos impostos.

Mas são os industriais, os donos de terra e os homens de negócios árabes que mais sofreram com essas mudanças econômicas. São forçados a competir por trabalho junto a empregadores israelenses, mas não estão equipados para operar competitivamente numa economia de alto custo. Eles argumentam que têm que pagar impostos a Israel mas não são beneficiados por subsídios ou qualquer outra forma de ajuda governamental - ao contrário do que acontece com seus competidores israelenses.

O impacto econômico da ocupação na margem ocidental do Jordão é bastante semelhante ao de Gaza. Mais de 20 mil pessoas viajam diariamente para trabalhar em Israel, onde ganham bons salários. Isso, porém, esvaziou a terra de lavradores e mão-de-obra agrícola. Aqueles que continuam a cultivar a terra têm que enfrentar um aumento enorme de custos - tanto da mão-de-obra quanto dos impostos sobre a mercadoria e sobre serviços de Israel. Reclamam que, enquanto lhes proíbem vender seus produtos em Israel, os produtores israelenses têm toda a liberdade de vender na margem ocidental, onde fazem dumping (venda a preço excessivamente baixo) dos excessos de produção da estação.

A terra boa para a agricultura está sendo abandonada e isso dá um pretexto às autoridades de ocupação para expropriá-las. Algumas grandes áreas já foram de fato tomadas. Somente na região de Nablus, 40 mil dunams (1 dunam equivale a 1/10 de hectare) já foram confiscados - em Toubas, 10 mil em Agrabah, 20 mil em Marj Na' jeh e Buqei' ah e 10 mil em Beit Foriek. Em Qalqilia, foram derrubados 30 mil limoeiros. Em outros lugares, limoeiros foram queimados, 130 poços e 150 bombas de sucção de água foram explodidas, aparentemente em represália a atividades dos feddayin; porém a maior parte desse sistema de irrigação foi destruído após setembro de 1970, quando a atividade dos feddayin nessa área tinha virtualmente terminado depois que suas forças foram esmagadas na Jordânia.

Tanto em Gaza quanto na margem ocidental, as lideranças palestinas estão profundamente preocupadas com a aparente tendência desse modo de conduzir a economia, no qual vêem um plano deliberado e sinistro. Eles receiam que o objetivo camuflado dessa operação seja a destruição da empresa econômica árabe independente nos territórios ocupados e a redução da população à condição de uma servilidade econômica precariamente dependente de Israel, e à mercê de pressões econômicas politicamente motivadas. A mão-de-obra árabe, acostumada a salários altos, seria novamente jogada no território ocupado, onde o nível da atividade econômica local foi restringido em virtude do êxodo da mão-de-obra para Israel.

Mesmo se não houver objetivos mais sinistros na política econômica de Israel para com os territórios ocupados, fica abundantemente claro que toda a tendência da atividade israelense é dirigida no sentido de integrar essas áreas na estrutura econômica do Estado de Israel. Tal como a anexação da Jerusalém árabe e o estabelecimento de colônias israelenses, essa é apenas mais uma faceta de uma política de gradativas anexações.

A maioria das pessoas de Gaza e da margem ocidental fala corajosamente sobre aguentar a bota israelense e resistir às pressões de Israel. Mas não pode deixar de se atormentar, pensando: "Que será do nosso povo se essa detestável ocupação continuar? Será que perderemos a nossa identidade árabe e palestina? Qual será o futuro de nossos filhos, se o futuro que lhes está reservado em sua própria terra não é outro senão servir como carregadores de lenha e de baldes de água a senhores estrangeiros?" Na opinião de alguns, a persistência com que os árabes israelenses mantêm sua identidade nacional após 25 anos de ocupação israelense é, acima de tudo, um exemplo. Para outros, um futuro sombrio já se faz sentir entre os palestinos mais jovens, na forma de corrupção que os altos salários e a vida de Tel-Aviv têm tido.(...)

3. A "Integração" da Cisjordânia

Victor Cygielman(1)

"Com dinheiro pode-se comprar hoje os dois terços da Cisjordânia". Esta opinião de um expert israelense para as compras de terras na Cisjordânia ocupada não deve, bem entendido, ser tomada ao pé da letra. Mas ela reflete bastante bem a situação atual da Cisjordânia, e mais particularmente da região em volta de Jerusalém, Belém, Ramallah, e Hebron. Nessa área se multiplicam confiscos de terras pelo governo de Israel, compras de terras por organismos paraestatais, tais como o KKL (Fundo Nacional Judaico), e transações privadas, indo desde a aquisição de um terreno de mil metros quadrados para construir, até a especulação territorial sobre várias centenas de hectares.

As transações privadas foram - e são ainda - realizadas em contra-venção da lei, pois elas foram proibidas por um decreto emitido uma semana após o término da guerra dos seis dias. Como é impossível registrar no cadastro um terreno comprado ilegalmente, as partes interessadas recorreram a um stratagema: o vendedor árabe confia ao comprador israelense um pleno poder irrevogável devidamente contra-assinado por um advogado notório. Até aqui, cerca de 5 mil ha. foram comprados desta maneira na Cisjordânia por israelenses, a título privado. Uma questão se coloca imediatamente: como essas transações, proibidas pela lei, puderam se efetuar nas barbas do governo militar israelense? Interrogado pela rádio israelense em 7 de abril, um oficial do governo militar declarou não saber de nada sobre isso: "Nós não dispomos de pessoal para investigar essas transações ilegais. E quando não nos informamos de um negócio permanecemos na ignorância". É difícil acreditar nessa declaração surpreendente. Ela não apenas contradiz a reputação do "serviço de informação" do governo militar israelense, mas quer fazer crer que a administração militar israelense é ao mesmo tempo cega e surda a ponto de ignorar o que todo mundo sabe na Cisjordânia.

O ministro da Defesa, Moshe Dayan, que quer anular o decreto de 18 de junho de 1967 a fim de legalizar as transações "proibidas", não se dá por vencido pela decisão do governo israelense - que se manifestou em 8 de abril de 1973 - em favor da manutenção do status quo e recusando anular ou emendar o decreto de 18 de junho de 1967. Mas Dayan sabe que Golda Meir não se opõe realmente à sua idéia: ela havia mesmo lhe prometido seu apoio algumas semanas antes. O que a fez recuar no último momento foi sobretudo a oposição dos EUA, alertados por "todo o barulho

(1) In Opinião, Rio de Janeiro, 1973

inútil feito em torno desse caso", e ela repreendeu seu ministro da Defesa por ter realizado uma campanha pública pela livre compra das terras. Dayan sabe também que os "fatos consumados" são tão numerosos e envolvem personalidades tão importantes (oficiais superiores, deputados e mesmo ministros compraram terrenos ilegalmente) que as alusões às demandas judiciais (o decreto de 18 de junho prevê até cinco anos de prisão) feitas pelo vice-primeiro-ministro, Igal Alon, estão condenadas a permanecer letra morta.

O Gal. sabe também que sua proposta não é verdadeiramente contrária à política seguida até aqui pelo governo israelense nos territórios ocupados, onde a compra de terras pelo KKL e pela Administração das Terras (cerca de 15 mil hectares), aliadas ao confisco puro e simples (mais de 10 mil hectares), já desencadearam seriamente o processo de "judaiização" da Cisjordânia palestina. Dayan quer simplesmente intensificar este processo, permitindo, por outro lado, que os israelenses comprem terras árabes a título privado. Pois, como ele afirmou numa conferência para os membros de um kibutz em 29 de março de 1973 em Tel-Aviv, "é a realidade dos fatos consumados na região que determinará, no final das contas, o traçado das fronteiras futuras do Estado de Israel, estando entendido que os locais onde se estabelecerão judeus não serão submetidos a um regime árabe".

Segundo Dayan, na perspectiva do prolongamento do status-quo vigente, é preciso "integrar" progressivamente os territórios ocupados, e em primeiro lugar a Cisjordânia, mas não sob a forma de uma anexação formal que não é nem necessária nem desejável. A integração deve ser econômica e social, mas não política. A população palestina conservará sua cidadania jordaniana. Os palestinos trabalharão em Israel, mas votarão para o Parlamento em Arã. Em outras palavras, a Cisjordânia será "integrada a Israel", mas não sua população, que continuará privada dos direitos políticos a fim de não comprometer o caráter judeu do Estado de Israel.

Além disso, a integração da Cisjordânia no seio do Estado de Israel, permitindo traçar um novo mapa de Israel, será completada pelo povoamento judeu que deve ser intensificado em todos os territórios ocupados. Os locais povoados por judeus permanecerão sob a soberania israelense. Essas teses são lógicas e complementares no quadro da ideologia do ministro da Defesa, segundo a qual não é necessário fazer distinção entre os territórios pertencentes a Israel antes de 5 de junho de 1967 e aqueles ocupados depois, o conjunto todo "fazendo parte integrante da pátria".

O ministro da Defesa não se oculta de maneira nenhuma. No seu discurso-programa pronunciado quando da sessão de encerramento do debate consagrado aos territórios ocupados pelo secretariado do partido trabalhista, Dayan declarou (12 de abril de 1973), em Tel-Aviv, que "é preciso intensificar o povoamento judeu, tanto agrícola quanto urbano, na Cisjordânia, e isto por todos os meios, em escala nacional e privada... E se ao longo dos anos, graças ao dinamismo judeu - a paz demorando a vir - a parte propriamente árabe se estreitar em função do que chamamos "anexação em escalada", eu não vejo nisso nenhuma infelicidade".

Para outros dirigentes israelenses, como o influente ministro das Finanças, Pinhas Sapir, tal perspectiva é mais que uma infelicidade - é uma catástrofe. Numa entrevista de grande repercussão, divulgada pela rádio israelense, em 23 de abril de 1973, Pinhas Sapir se opôs da maneira mais categórica a todas as teses de Gal- Dayan. Sapir declarou que Israel se encontra nos territórios ocupados "não pela força do direito, mas pelo direito da força". (...)

IX - DA GUERRA DO IOM KIPUR

1. A Gaivota E O Naufrágio

Eric Rouleau (1)

Tres semanas antes do começo da guerra de outubro, um conto de um escritor conhecido foi recusado por um jornal de Israel. Falava de um navio, cujos oficiais e comandante, "embriagados com o poder, cheios e encantados com sua grandeza, seguros de si mesmos e de suas posições", escrutam o horizonte com segurança. Somente uma gaivota vê que o navio navega para a ruína, percebendo que ele se dirige para uma massa de recifes. O pássaro faz tudo para chamar a atenção da tripulação para o perigo, mas nada consegue. O barco naufraga depois de bater nos rochedos.

Este conto profético foi escrito no dia 15 de setembro do ano passado. O diretor do jornal ao qual foi proposto recusou-se a publicá-lo, apesar da poesia do seu estilo, do texto curto e da personalidade do autor. Ariê Eliav, ex-secretário-geral do Partido Trabalhista e membro ainda hoje do seu bureau político, é certamente um homem respeitável mas de quem se desconfia. "Porco" notório, sua atitude é incompreensível para a maioria da opinião pública israelense.

A alegoria de A Gaivota era demasiado transparente e provocante para ser publicada a apenas algumas semanas das eleições, então previstas para 30 de outubro. Ariê Eliav, adversário encarniçado do "dayanismo", tinha se transformado de militante disciplinado e relativamente conformista em profeta de desgraças. Desde o fim da guerra de 1967, ele não cessou de anunciar a catástrofe, de alertar a opinião pública contra as anexações disfarçadas, a calma enganadora que reinava tanto nas linhas do cessar-fogo como nos territórios ocupados. Ele tinha descoberto os recifes cuja existência muitos negavam.

"Eu escrevi esse conto num impulso de cólera - afirmou Eliav. Por ter-me recusado a aprovar o Documento Galili, plataforma eleitoral do partido, eu fui admoestado por Golda Meir e tratado por Dayan de ingênuo e ignorante; acusado de traição por outros. Ora, esse documento, negação dos valores do movimento operário e do movimento sionista, codificava, desenvolvendo-a, a anexação galopante que praticávamos desde 1967, empurrando assim o país para uma guerra inevitável".

(...) Os números publicados pelo Ministério da Defesa eram confortantes. Não somente a ocupação custava pouco ao contribuinte nas gerava lucros. O petróleo do Sinai carregava anualmente o correspondente a mais de 150 milhões de cruzeiros ao Estado, sem falar da economia de divisas feita com a redução das importações desse produto. As exportações de produtos cisjordanianos, os turistas que afluem a Jerusalém, a Sharm-El-Sheik, contribuíram para reduzir o deficit da balança de paga-

mentos. Os investimentos de capitais judeus "na Judéia e na Samária" - (mais de 70 milhões de cruzeiros em menos de um ano), o intercâmbio - comercial com a ex-província do rei Hussein(Cisjordânia), que foi de mais de 1 bilhão de cruzeiros em 1972, o emprêgo fático e barato da - mão-de-obra árabe favoreciam a prosperidade geral.

A implantação de colônias para-militares judias nos territórios ocupados, ao mesmo tempo que ocorria um lento êxodo dos palestinos, cujo número regredia apesar da alta taxa de natalidade era tranquilizadora... A colonização progressiva dos territórios conquistados em 1967 parecia justificá-la militarmente, pois reforçava a segurança de Israel; politicamente também, levando-se em conta a recusa árabe de fazer a paz, dentro das condições propostas por Golda Meir e Moshe Dayan; moralmente, enfim, na medida em que a Cisjordânia e Gaza pertenciam outrora ao patrimônio do povo hebreu.

Por que modificar a todo o custo o status quo, quando reinava a paz de um extremo ao outro de Eretz Israel (Terra de Israel) ? As organizações dos fedayn tinham sido virtualmente liquidadas no inteiro, e no "contraterrorismo" praticado no estrangeiro, por sua audácia e eficiência, atraía a admiração geral.

Os Palestinos

A guerra de outubro e principalmente suas consequências consternaram os israelenses. Certamente os palestinos não puderam praticar a violência em grande escala. O desmantelamento das organizações dos fedayn, a ausência de estoques de armas, a vigilância combinada dos serviços de segurança israelenses e jordanianos (dos dois lados do Rio Jordão), as prisões preventivas e a brevidade da guerra impediram os palestinos de se engajarem na luta.

Sua ação, no entanto, contribuiu para paralisar numerosas empresas israelenses. Obedecendo à palavra de ordem de boicote lançada pela Frente Nacional Palestina (movimento clandestino animado pelo PC-jordaniano, que reúne organizações de fedayn, diversos grupos políticos, sindicatos, associações profissionais e muitas personalidades) , dezenas de milhares de operários (palestinos dos territórios ocupados, ou cidadãos israelenses) se abstiveram de ir a seus locais de trabalho durante toda a duração da guerra, e mesmo depois: "Um trabalhador árabe numa usina israelense equivale a mais um soldado judeu no front " - proclamava um dos muitos slogans que brotavam nos edifícios de Nablus, Ramallah, Hebron.

Nas semanas que se seguiram à guerra, as deserções, manifestações, atentados, um dos quais matou o coronel Segov, governador militar de Nablus, só puderam ser reprimidos às custas de novas "deten -

ções "administrativas", da expulsão para a Jordânia, a 10 de dezembro, de oito importantes personalidades, da dinamitagem de casas pertencentes a "suspeitos". As autoridades, no entanto, não conseguiram entrar o movimento nacionalista que, desde a guerra de outubro, tomou um impulso sem precedente.

O acontecimento mais característico nesse campo é o apoio quase unânime da população à Organização para Libertação da Palestina (OLP). O conselho muçulmano de Jerusalém, a maioria dos prefeitos e personalidades (dos quais muitos passavam por partidários fiéis do rei Hussein) fizeram saber que consideravam, doravante, a "central" dos feddayin, - dirigida por Yasser Arafat, como a "única representante legítima do povo palestino".

A Frente Nacional Palestina (FNP), por seu lado, endureceu suas posições. Convidou a OLP a exigir, na Conferência de Genebra, no dia - em que for convidada a dela participar, a aplicação de "todas as resoluções da ONU sobre a Palestina". Em outras palavras, a FNP reivindica implicitamente a aplicação do plano de partilha da Palestina, adotado pelas Nações Unidas em 1947, e então recusado pelos Estados árabes, o que levaria Israel a restituir não somente Gaza e a Cisjordânia mas também os territórios incorporados ao Estado judeu depois da guerra de 1948. O prestígio da FNP parece ilenso. Foi por sua recomendação que - 39 mil palestinos (entre 43 mil inscritos) boicotaram, em dezembro, as eleições municipais de Jerusalém.

O protesto dos árabes israelenses, cujo sentimento nacional - palestino saiu reforçado da guerra, tomou uma forma diametralmente o - posta. Nas últimas eleições legislativas, 35% dentre eles deram seus - votos ao Partido Comunista que elevou assim de três para quatro o nú - mero de seus representantes no Parlamento israelense. Pela primeira - vez desde que existe o Estado de Israel, os deputados árabes ligados - ao Partido Trabalhista, tradicionalmente dóceis ao poder, ameaçaram vo - tar contra o governo de Golda Meir se esta cedesse a certas exigências de anexação feita pelo Partido Nacional Religioso.

A opinião pública israelense não tomou plena consciência das - mudanças provocadas nos territórios ocupados pelo "terremoto" de outu - bro e, em todo caso, não tirou daí conclusões políticas. Mas as elites se interrogam e se inquietam com o futuro. As advertências de Ariê E - liav, o qual faz campanha pelo reconhecimento dos direitos nacionais - do povo palestino, já não escandalizam. Prova disso é a publicação, fi - nalmente, a 12 de novembro, do seu conto A Gaveta pelo jornal trabalhista Davar.

A Crise Política

(...) Teses de Anexação

Os partidários da anexação - numerosos grupos no mosaico dos grupos políticos - bascam sua atitude em um postulado: os árabes, por racismo antijudeu, chauvinismo ou fanatismo, têm a intenção, senão de "lançar os judeus ao mar", pelo menos de destruir o Estado de Israel. Não desejam portanto uma "paz verdadeira", embora afirmem desejá-la. Nenhuma concessão da parte de Israel os fará mudar de opinião. Pelo contrário, qualquer renúncia será interpretada como um sinal de fraqueza e provocaria novas exigências. Israel deve então conservar uma superioridade militar absoluta, que lhe permita aniquilar sistematicamente os exércitos e mesmo o potencial econômico do inimigo.

Dentro desta ótica, o cessar-fogo aceito em outubro foi "prematuro", e a separação militar realizada depois, na frente egípcia, constitui um "prêmio à agressão". A Conferência de Genebra é apenas um ardil para tentar arrancar a Israel territórios indispensáveis à sua segurança. A arma do petróleo empunhada pelos árabes, declara, por exemplo, Samuel Tamir, chefe do centro independente, é uma forma de chantagem contra a qual o Ocidente se erguerá, se necessário militarmente. Tamir, como todos os outros líderes do Likud, coalização dos partidos nacionalistas, não acredita na distensão internacional, que ele julga "ilusória". "Os Estados Unidos precisam de Israel; sem nós, toda a região já estaria sob as botas do imperialismo soviético" - acrescenta.

Desenvolvendo a mesma idéia, o gal. Arik Sharon, outro dirigente do Likud nos declarou: "O tempo trabalha em favor de Israel. Este, ao contrário do que parece, não é um minúsculo Estado de 3 milhões de habitantes, mas a ponta de lança de 14 milhões de judeus, dos quais 6 milhões nos Estados Unidos, exercem uma influência política e econômica decisiva".

Como o gal. Dayan e outros dirigentes do Partido Trabalhista, os militantes do Likud sustentam que as negligências da guerra de outubro devem ser atribuídas a "erros técnicos", a "lamentável lacunas", que podem ser sanadas sem precisar cair numa política de "abandono" e de "derrotismo".

Não é essa a opinião dos "pombos", que questionam a própria essência da política seguida pela "troika dos falcões" (Golda Meir, Moshe Dayan, Israel Galili). Para homens como Ariê Eliav, Itzhak Ben Aharon e Davi Shahan, todos três membros da direção do Partido Trabalhista, "foi toda uma filosofia que desmoronou a 6 de outubro", data que significa "a falência de uma política que consistia em erguer obstáculos no caminho da paz a fim de ganhar bastante tempo para anexar terri-

tórios". O problema de segurança, das fronteiras seguras, e das negociações diretas, enfim, foram somente, para os adversários da troika, pretexto destinado a prolongar o satus quo. Segundo eles, "não são as fronteiras que garantem a paz, mas a paz que garante as fronteiras".

Aqueles que "preferem os territórios a um acordo", acrescentam- eles, subestimaram as aspirações nacionais dos árabes, e portanto sua vontade de recuperar, a todo custo, seus bens. Por outro lado, superestimaram a solidez da aliança com os Estados Unidos, cujos interesses no Oriente Médio podem não coincidir com os do governo israelense. Essa superavaliação conduziu a equipe de Golda Meir a mergulhar o Estado judeu num "esplêndido isolamento". Levando-se em conta o desenvolvimento da coexistência pacífica, a correlação das forças internacionais, na qual deve-se considerar a potência econômica e financeira do mundo árabe, o tempo não trabalha em favor de Israel. Quanto mais depressa a paz for concluída, melhores serão as condições de um acordo.

Numerosos "pombos" rejeitam igualmente a filosofia dos "falcoes" sobre a perenidade do ódio dos árabes em relação aos israelenses. Os dois povos, afirmam os adversários dos ultranacionalistas, não estão condenados a se guerrearem até o fim dos tempos. Uma fórmula de compromisso, que leve em conta as aspirações e interesses nacionais das duas partes, deveria conduzir a um acordo. Aliás, a paz é um processo e não um objetivo que se atinge de um só golpe. Em todo caso, em nenhum lugar ela é absoluta e eterna, sustentam finalmente os "pombos".(...)

X -- DA RESISTÊNCIA PALESTINA

1. A Resistência Palestina

Helena Salem(1)

Criada pelo Presidente Nasser, Ben Bella e o Presidente Bourguiba, durante a conferência de cúpula árabe de Alexandria em 1964, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) era bastante diferente da que é hoje. Seu líder, Ahmed Choukeiri, era um nacionalista, mas não chega a ser um revolucionário. A OLP encontrava-se ligada aos regimes árabes, e seu exército (ELP- Exército de Libertação da Palestina) era parte integrante das Forças Militares Árabes.

Na prática, funcionava como um Ministério do Exterior sem Estado. A guerra de junho de 1967 contribuiu para desprestigiar a OLP, cujo braço armado, o ELP, mostrou-se absolutamente ineficaz durante o conflito: seu comandante estava em Bagdá e nada fez.

No IV Congresso da organização, em 1968, Choukeiri perdeu a liderança do movimento, assumindo Yahya Hanouha. Somente no V Congresso, contudo, realmente ocorre uma revitalização da OLP. Yasser Arafat, líder da Al Fatah (primeira organização palestina de importância), assume a direção da OLP que, desde então, passa a desempenhar um papel ativo na luta palestina. No VI Congresso, em 1970, as quatro principais organizações já estão presentes, além de antigos elementos nacionalistas palestinos.

Nos anos seguintes, gradativamente, a OLP ganhou mais e mais importância, impondo-se junto à massa palestina e árabe em geral. A Conferência de Cúpula Árabe de Argel, em outubro do ano passado, assinalou a consagração da OLP ao reconhecê-la como único representante do povo palestino.

Hoje, existem as seguintes organizações:

AL FATAH - Primeira organização propriamente palestina após o êxodo de 1948, a Al Fatah data de 1959, quando seu nome aparece pela primeira vez. No entanto, apenas depois de 1965 que o grupo ganha força. Neste ano iniciam-se as operações militares. Sob a liderança de Yasser Arafat, palestino que estudou no Egito, a Al Fatah cresceu consideravelmente nos últimos anos, reunindo hoje cerca de 8 mil militantes. Movimento de caráter basicamente nacionalista, propõe a criação de um Estado democrático e laico na Palestina, onde judeus, muçulmanos e cristãos possam conviver juntos.

Com setor mais à esquerda, outros à direita e uma corrente moderada (Arafat incluiu-se na centro esquerda), a organização é unânime em um ponto: somente através da luta armada os palestinos atingirão-

(1) In "Jornal do Brasil", Caderno Especial, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1974.

seus objetivos. Admite, contudo, negociar também, estando de acordo com a participação palestina na Conferência de Genebra.

FRENTE POPULAR PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (FPLP) - A mais esquerdista das principais organizações palestinas, a FPLP surgiu em 1967, sendo o grupo mais antigo depois da Al Fatah. Dirigida por Georges Habash, médico e figura de grande carisma, a FPLP tornou-se mundialmente conhecida pelos sequestros de aviões e os atentados de Argel, Atenas, Zurique e Damasco. Nos últimos anos o grupo sofreu três cisões que lhe minaram a força, especialmente a saída de Nayef Hawatneh e seus adeptos, que fundaram a Frente Democrática Popular para a Libertação da Palestina (FDPLP) em 1969. Mais ligada à China, a FPLP é contrária a qualquer negociação da qual participem os israelenses. Sustenta que os palestinos devem prosseguir sua luta até a libertação total da Palestina. Pronunciou-se radicalmente contrária à participação de uma delegação palestina na Conferência de Genebra. A FPLP hoje deve contar com uns 1200 quadros.

FRENTE DEMOCRÁTICA POPULAR PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA - O único grupo marxista da Resistência palestina é dirigida por Nayef Hawatneh, experiente revolucionário que participou da revolução socialista no Iêmen do Sul, de movimentos na Jordânia e Líbano, antes de se ligar à luta palestina.

A FDPLP vem-se destacando por sua posição realista no contexto do conflito no Oriente Médio - ou seja, propõe uma política de etapas - para atingir o seu objetivo final, que é a volta dos palestinos para a velha Palestina, e a convivência pacífica entre judeus e árabes. Hawatneh declarou-se favorável à participação em Genebra e dispôs-se a discutir com os israelenses progressistas (na semana passada deu inclusive uma entrevista a um jornal de Tel-Aviv, fato inédito no conflito entre palestinos e israelenses). Pela posição que vem adotando, a FDPLP assume dia a dia maior importância política no interior da Resistência, influenciando consideravelmente a Al Fatah, com quem atua em frente única. Tem cerca de mil quadros.

SAIKA - Organização baathista, de tendência síria, foi constituída após a derrota de junho de 1967. Numericamente, é a segunda em importância - depois da Al Fatah, somando aproximadamente 3500 militantes. Contudo, sua importância política não é tão grande, já que geralmente segue o Governo de Damasco em todas as suas decisões. É chefiada por Zoheir Mohsen, também seu grande peso político no conjunto da Resistência. Movimento de caráter nacionalista, é apontado por alguns como a mais direitista das organizações.

2. Palestinos Já Admitem A Paz

Helena Salen(1)

Enquanto o Rei Hussein prossegue sua ofensiva para conquistar o apoio dos Estados árabes, as organizações palestinas vão aos poucos mudando de posição e admitindo estabelecer uma paz negociada com Israel. Falando na Universidade árabe de Beirute, o líder da Frente Democrática Popular para Libertação da Palestina (FDPLP - marxista), Nayef Hawatme, pronunciou-se a favor da criação de um Estado palestino na Cisjordânia e Gaza.

Hawatme justificou sua posição afirmando que as "necessidades da luta" obrigavam a resistência a aceitar a ideia de tal Estado, pois, de um lado, o Presidente Sadat queria a internacionalização de Gaza, enquanto Hussein estava decidido a recuperar a Cisjordânia. "É para evitar a perda desses territórios que nos vemos na obrigação de apoiar a formação de um Estado palestino", disse durante o encontro na Universidade, tumultuado por manifestações de partidários e adversários do projeto.

A posição expressa pelo dirigente da FDPLP não é nova. Desde que começaram os debates, ele mostrou-se o mais inclinado a participar das negociações, reconhecendo, inclusive, a partilha de 1947 feita pelas Nações Unidas. Surgida de uma cisão da FPLP, Frente Popular para Libertação da Palestina, a FDPLP é o grupo que, nos últimos anos, mais deu importância ao trabalho político de massa. Também Al Fatah demonstrou-se favorável a negociar a paz com Israel. Yasser Arafat, após a conferência de cúpula de Argel (que reconheceu a OLP como única representante do povo palestino), declarou que a política de etapas "nos faz adotar diferentes projetos e fórmulas e nos impõe conciliar o que hoje for possível e atender o nosso objetivo estratégico final".

Maiores dúvidas residem na posição da Frente Popular para Libertação da Palestina (FPLP), do Dr. George Habashe, que vem se manifestando contrária a toda e qualquer negociação com Israel. Fontes ligadas à resistência, contudo, afirmam que grande parte da organização já teria mudado de posição, aceitando o compromisso.

No entanto, o impasse continua. A OLP ainda não foi convidada a participar da reunião de Genebra, e Israel não parece disposto a aceitar Arafat na mesa de negociações.(...)

(1) In "Jornal do Brasil", Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1973

3. Porque Lutam os Palestinos

Yassir Arafat (1)

Os Fedayns lutam pela libertação da Palestina.

Então se impõe a indagação: o que é a Palestina e qual a relação dos árabes e judeus com essa região? Muito se tem escrito sobre a Palestina, na verdade demasiado, de tal forma que há uma confusão sobre o assunto. Essa confusão tem sido a grande arma do colonialismo para dominá-la. Torna-se assim necessária uma exposição mais clara e franca sobre o problema.

Os árabes povoam a Palestina há cerca de mil e quatrocentos anos. Após a Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas cederam essa região para abrigar os judeus que, na Europa, haviam sido vítimas das nefandas perseguições do nazismo. O que é estranho é que a ONU ou as potências que a dominam não tenham tratado de ajudar os judeus a se reintegrarem nos países europeus de onde haviam sido expulsos pelos hitleristas. Preferiu dar-lhes uma terra que não pertencia nem aos judeus, nem à própria ONU. Em 1948 reconheceu a criação na região da Palestina, do Estado de Israel. Mas teria sido o povo que habitava a Palestina, consultado? Também não. A ONU que, em sua carta, consignava uma série de preceitos internacionais, violentava de maneira brutal e apressada, um desses preceitos básicos de sua Carta: o Direito de Autodeterminação dos Povos. O povo palestino árabe não foi ouvido, não lhe concederam o direito de manifestar-se sobre o destino de seu país, negou-se-lhe friamente um dos direitos fundamentais das Nações Unidas. O povo palestino foi a primeira vítima da violência ao direito de autodeterminação e, o que é historicamente lamentável, pela Organização Internacional que tinha por obrigação defendê-lo. O justo sentimento de piedade que todas as nações sentiam pelos judeus, vítimas das barbaridades nazistas, levou-as a praticar um verdadeiro crime histórico, que não deixaria de fazer inveja ao próprio Hitler, pois graças a ele, hoje, dois milhões de árabes palestinos vivem pelos desertos em condições sub-humanas ou dependendo da caridade outros países árabes. Hitler espoliou os judeus em seus bens e expulsou-os de seus países. Os israelenses, mercê do Estado de Israel, criado pela ONU, espoliaram da mesma forma os árabes de seus bens, e da mesma forma que Hitler, expulsaram-nos de sua pátria milenar. Alegam os judeus, que há dois mil anos atrás habitavam essas terras. O eminente historiador Arnold Toynbee explica que, "realmente, na antiguidade, os judeus viveram nes-

(1) In "Porque Lutam os Palestinos". Editora Paralelo.

sas terras", mas sempre como minorias. E em nossos dias o que acontece ?

Quando terminou a Segunda Guerra Mundial existiam 93% de árabes-na Palestina, contra 7% de judeus.

Atualmente existem 95% de judeus, contra 5%, apenas, de árabes! ! Verifica-se claramente que, para colocar 2 milhões de judeus na Palestina, expulsou-se os correspondentes 2 milhões de árabes.

Hoje, o povo palestino vaga em condições deploráveis, pelos desertos adjacentes, como párias, que só tem um único direito, o de dividir ao longe, no horizonte, sua pátria, suas terras, suas casas que lhes foram arrebatadas. Várias gerações de palestinos estão hoje sem teto e sem pátria. Numa população em que 50% é de menores de vinte anos, pode-se afirmar que cerca de um milhão de crianças vivem em condições precárias, nos acampamentos palestinos, e outro milhão passou sua infância, sua juventude e sua mocidade nessas mesmas terríveis condições.

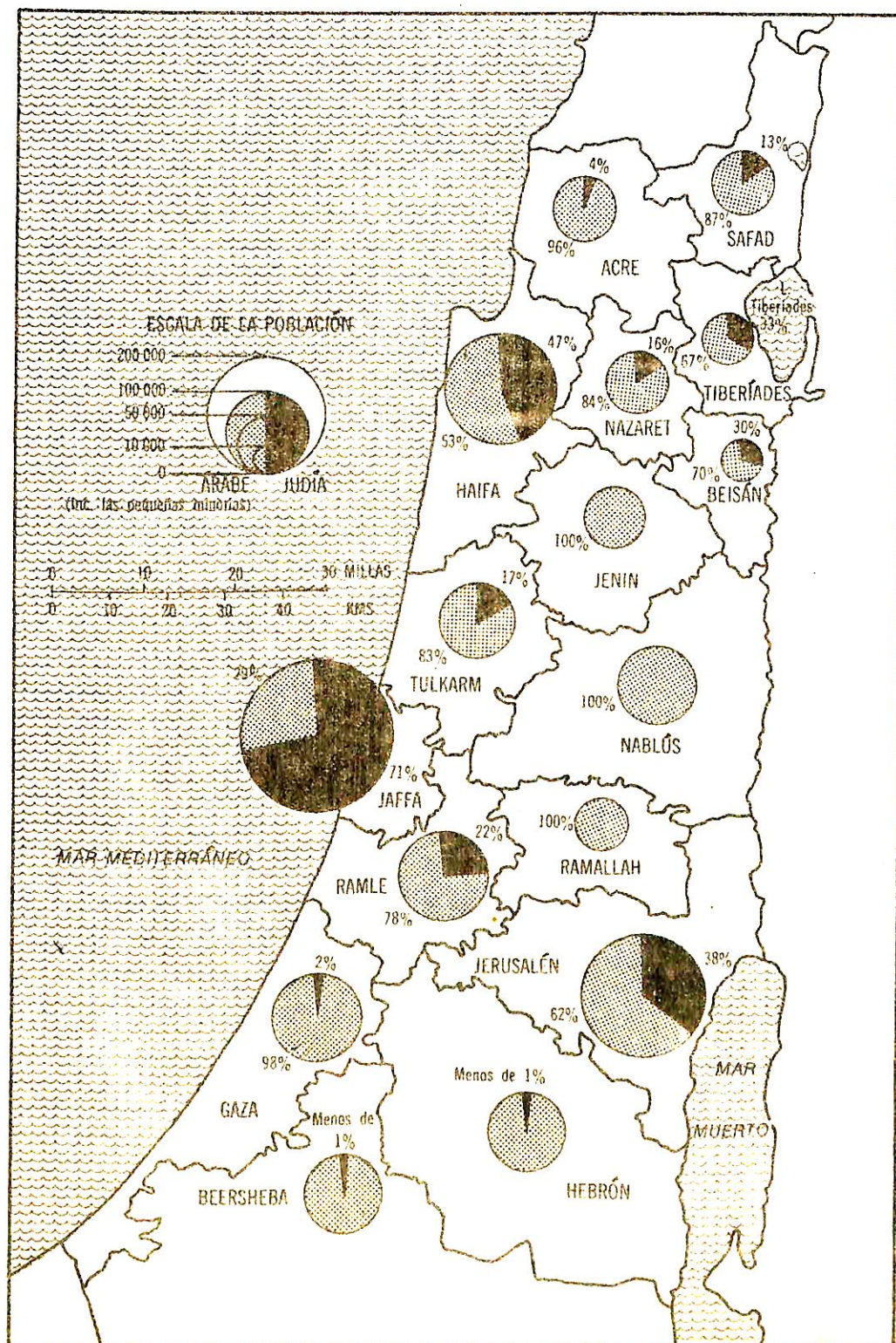
O povo palestino já esperou demasiado: 20 anos. Demonstrou uma paciência ilimitada e incomparável. Mas, agora, descrente dos grandes do mundo, com toda a razão se rebela - com o direito reconhecido até pelas Igrejas dos povos de se rebelarem contra a opressão - e está disposto a recuperar sua pátria a qualquer preço. Os palestinos são o único povo da terra que nada mais tem a perder, porque já perderam tudo: sua pátria, suas terras, suas casas, seus lares, seus direitos humanos, tudo! Não é possível pedir a esse povo que espere mais, que dê mais alguma coisa. Só lhes resta a luta e nela só poderão ganhar, uma vez que nada mais têm a perder.

§ § §

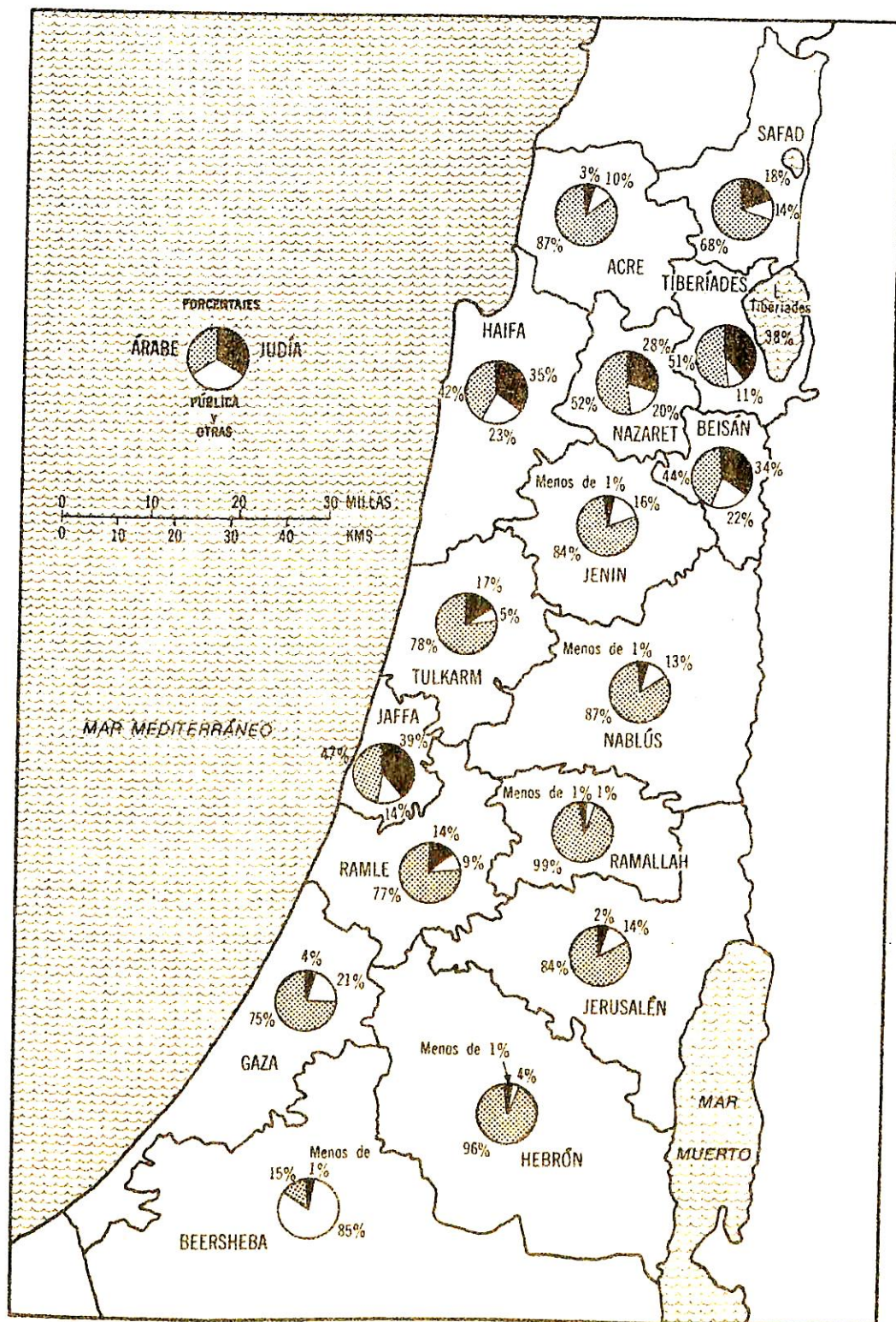
Eu sou de início palestino, um palestino, um refugiado palestino, sem pátria e sem terra. Recusei-me a entorpecer e silenciar, vendo a revolução árabe em geral. Devo combater, mas ninguém pode impor sua revolução aos outros. Que cada um se ocupe de si mesmo. O povo sírio deve combater por seus territórios ocupados, o egípcio por recuperar o Sinai ... Quanto a mim, minha luta é aqui... sobre o solo palestino e por meu país.

Nada de culto pessoal. Sou apenas um soldado. Nosso líder é a Palestina. Nosso caminho é o caminho da morte e do sacrifício para reconquistar nossa pátria. Se não conseguirmos, nossos filhos conseguirão. Se eles não conseguirem, seus filhos conseguirão.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ÁRABE E JUDIA POR DISTRITOS



DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DAS TERRAS ENTRE ÁRABES E JUDEUS



Bibliografia

1. Alencastre, Amílcar. El Fatah, Rio de Janeiro, Ed. Tacaratu, 1969.
2. Arafat, Yassir. Porque Lutam Os Palestinos, Ed. Paralelo,
3. Castro, Paulo. Do Colonialismo de Israel à Libertação da Palestina, Rio de Janeiro, Ed. Forum, 1969.
4. Cattani, Henry. Palestina, los Árabes e Israel, México, Siglo Veintiuno Editores, 1971.
5. Colloque de Juristes Arabes Sur la Palestine. La Question Palestinienne, Société Nationale d'Édition et de Diffusion, Alger, 1967.
6. Corn, Georges G. Anatomia do Milagre Econômico, Rio de Janeiro, Editora Paralelo, 1969.
7. Démeron, Pierre. Démoron Contra Israel, Rio de Janeiro, Ed. Laemmert, 1970.
8. Deutscher, Isaac. O Judeu Não-Judeu e Outros Ensaios, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1970.
9. Dossier do Conflito Israelo-Árabe, Porto, Editorial Inova Limitada, 1968 (Vários autores).
10. Ernst, V. Impérialismo au Moyen-Orient, Paris, E.D.I., 1970.
11. El Fath. La Révolution Palestinienne Et Les Juifs, Paris, Les Éditions De Minuit, 1970.
12. FPDLE. A Quinta Tentativa de Cerco e de Liquidação da Resistência Palestiniana, Porto, Portucalense Editora, 1971.
13. Friedmann, Georges. Fin do Povo Judeu ?, São Paulo, Editora-Perspectiva, 1969.
14. Gaspar, Lorand. Palestine Année 0, Paris, Éditions François Maspero, 1970.
15. Gaspar, Lorand. Histoire de la Palestine, Paris, Petite Collection Maspero, 1970.
16. Geris, Sabri. Les Arabes en Israel, Paris, François Maspero, 1969.
17. Kirk, George E. História do Oriente Médio, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
18. Le Peuple Palestinien en Marche, Vários autores, Partisans, Paris, François Maspero, 1970.
19. Les Palestiniens et la Crise Israelo-Arabe, Vários autores, Paris, Éditions Sociales, 1974.
20. Menuhin, Moshe. Judaísmo Hoje, Rio de Janeiro, Editora Paralelo, 1969.
21. Weinstock. Le Sionisme Contre Israel, Paris, François Maspe-